



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região
Coordenadoria de Licitações
PROAD Nº 2970/2022-1

**EDITAL DO PROAD Nº 2970/2022-1
PREGÃO ELETRÔNICO**

Objeto: Contratação de serviços limpeza de fachadas envidraçadas (face externa) nos edifícios que abrigam as unidades do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região, em todas as suas Circunscrições, conforme condições e especificações contidas no Termo de Referência - Anexo I e na Minuta de Contrato – Anexo III, partes integrantes deste edital.

NOTA 1: As especificações consignadas no sítio <https://www.gov.br/compras/pt-br> são apenas referenciais. Devem ser consideradas única e exclusivamente as descrições e as especificações técnicas constantes do edital.

NOTA 2: A presente licitação é regida pela Lei nº 8.666/93 e demais normativos consignados no preâmbulo deste edital, nos termos do artigo 191, da Lei nº 14.133/2021

Registro de Preços: Não

Exclusiva ME/EPP: Não

Margem de Preferência: Não

Valor Total Estimado: R\$ 519.033,40

Data e local da disputa: 23/6/2022, às 14 horas, no Portal de Compras do Governo Federal - <https://www.gov.br/compras/pt-br>

Licitação nº: 32/2022

UASG do TRT15: 080011

Vistoria Prévia/Visita: Facultativa (vide Anexo I ao Edital)

Amostra/Material Técnico ilustrativo: Não se aplica

Laudo/Certificado: Não se aplica

Documentos de Habilitação

Vide Item 9 do Edital

Prazos

Envio de proposta e documentação por meio eletrônico

2 horas após solicitação do pregoeiro pelo sistema

Pedido de esclarecimentos

Até 3 dias úteis anteriores ao prego

Impugnação

Até 3 dias úteis anteriores ao prego

Endereço eletrônico para todas as tratativas referentes ao presente certame

licita@trt15.jus.br

Telefones: (19) 3231-9500 ramais 2580/2523 *

*** Em virtude da Portaria Conjunta GP-VPA-VPJ-CR Nº 003/2020, atendimentos por telefone foram suspensos. Somente via e-mail.**



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região
Coordenadoria de Licitações
PROAD Nº 2970/2022-1

PREGÃO ELETRÔNICO

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

PROAD Nº 2970/2022-1

Torna-se público que o Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região, por meio da Coordenadoria de Licitações, sediada na Rua Dr. Quirino, 1080, Centro de Campinas/SP, realizará licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, sob a forma de execução indireta, no regime de empreitada por preço global, nos termos da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto nº 10.024, de 20 de setembro de 2019, das Instruções Normativas SEGES/MP nº 05, de 26 de maio de 2017, nº 03, de 26 de abril de 2018 e nº 10, de 10 de fevereiro de 2020, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, do Decreto nº 8.538, de 06 de outubro de 2015, aplicando-se, subsidiariamente, a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e as exigências estabelecidas neste Edital.

DAS DATAS E DO ENDEREÇO ELETRÔNICO

- | | |
|--|---|
| a. Início da disputa de preços: | 23/6/2022, às 14 horas |
| b. Local da Disputa: | Portal de Compras do Governo Federal - https://www.gov.br/compras/pt-br |
| c. Critério de Julgamento: | Menor preço por item |

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para a Contratação de serviços limpeza de fachadas envidraçadas (face externa) nos edifícios que abrigam as unidades do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região, em todas as suas Circunscrições, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital, no Termo de Referência - Anexo I e na Minuta de Contrato - Anexo III, partes integrantes deste edital, bem como nos esclarecimentos eventualmente consignados no Portal de Compras do Governo Federal - <https://www.gov.br/compras/pt-br>.

1.2. A licitação será dividida em itens formados por subitens, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse, devendo oferecer proposta para todos os subitens que os compõem.

1.3. O critério de julgamento adotado será o menor preço do item, observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

2. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

2.1. As despesas para atender a esta licitação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da União para o exercício de 2022, na classificação abaixo:



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região
Coordenadoria de Licitações
PROAD Nº 2970/2022-1

P.T. Resumido: **168074** **R\$ 519.033,40**

02.122.0033.4256.0035 - APRECIACAO DE CAUSAS NA JUSTICA DO TRABALHO -
DESPESAS DIVERSAS

339039 - Outros serviços de terceiros – pessoa jurídica

78 - Limpeza e conservação

Conta VPD: **332310200**

3. DO CREDENCIAMENTO

3.1. O Credenciamento é o nível básico do registro cadastral no SICAF, que permite a participação dos interessados na modalidade licitatória Pregão, em sua forma eletrônica.

3.2. O cadastro no SICAF deverá ser feito no Portal de Compras do Governo Federal, no sítio <https://www.gov.br/compras/pt-br>, por meio de certificado digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP – Brasil.

3.3. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.

3.4. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.5. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.5.1. A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

4. DA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO

4.1. Poderão participar deste Pregão interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, e que estejam com Credenciamento regular no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, conforme disposto no art. 9º da IN SEGES/MP nº 3, de 2018.

4.1.1. Os licitantes deverão utilizar o certificado digital para acesso ao Sistema.

4.1.2. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 34 da Lei nº



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região
Coordenadoria de Licitações
PROAD Nº 2970/2022-1

11.488, de 2007, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006.

4.2. Não poderão participar desta licitação os interessados:

4.2.1. proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente;

4.2.2. que não atendam às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

4.2.3. estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

4.2.4. que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 9º da Lei nº 8.666, de 1993;

4.2.5. que estejam sob falência, concurso de credores ou insolvência, em processo de dissolução ou liquidação;

4.2.6. entidades empresariais que estejam reunidas em consórcio;

4.2.7. organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário).

4.2.8. sociedades cooperativas, considerando a vedação contida no art. 10 da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 2017.

4.3. Nos termos do inciso VI, do art. 2º da Resolução CNJ nº 7/2005, incluído pela Resolução CNJ nº 229/2016, é vedada a contratação, independentemente da modalidade de licitação, de pessoa jurídica em que qualquer um dos integrantes do seu quadro societário seja familiar de:

a) magistrado ocupante de cargo de direção ou no exercício de função administrativa; ou
b) servidor ocupante de cargo de direção, chefia e assessoramento vinculado direta ou indiretamente às unidades situadas na linha hierárquica da área encarregada da licitação.

4.3.1. Nos termos do art. 3º da Resolução CNJ nº 7/2005, com a redação dada pela Resolução CNJ nº 9/2005, é vedada, ainda, a manutenção, aditamento ou prorrogação de contrato de prestação de serviços com empresa que venha a contratar empregados que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento, de membros ou magistrados vinculados a este Tribunal contratante.

4.4. Para os fins do disposto neste item, considera-se familiar o cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau, inclusive.

4.5. A vedação referida neste item se estende às contratações cujo procedimento licitatório tenha sido deflagrado quando os magistrados e servidores geradores de incompatibilidade estavam no exercício dos respectivos cargos e funções, assim como às



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região
Coordenadoria de Licitações
PROAD Nº 2970/2022-1

licitações iniciadas até 6 (seis) meses após a desincompatibilização (art. 2º, §3º, da Resolução CNJ nº 7/2005, incluído pela Resolução CNJ nº 229/2016).

4.6. Como condição para participação no Pregão, o licitante assinalará "sim" ou "não" em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:

4.6.1. que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49.

4.6.1.1. nos itens exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo "não" impedirá o prosseguimento no certame;

4.6.1.2. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo "não" apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

4.6.2. que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos;

4.6.3. que cumpre os requisitos para a habilitação definidos no Edital e que a proposta atualizada apresentada está em conformidade com as exigências editalícias;

4.6.4. que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

4.6.5. que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

4.6.6. que a proposta foi elaborada de forma independente.

4.6.7. que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

4.6.8. que os serviços são prestados por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991.

4.7. A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às sanções previstas em lei e neste Edital.

5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

5.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos no edital, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região
Coordenadoria de Licitações
PROAD Nº 2970/2022-1

da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação.

5.2. O envio da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.

5.3. Os licitantes poderão deixar de apresentar os documentos de habilitação que constem do SICAF, assegurado aos demais licitantes o direito de acesso aos dados constantes dos sistemas.

5.4. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.

5.5. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

5.6. Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema;

5.7. Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

5.8. Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

6. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

6.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

6.1.1. valor unitário e total do item;

6.1.2. Descrição do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência.

6.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.

6.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na prestação dos serviços, apurados mediante o preenchimento do modelo de Proposta, conforme Anexo II ao Edital;

6.4. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar os serviços nos seus termos, bem



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região
Coordenadoria de Licitações
PROAD Nº 2970/2022-1

como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

6.5. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

6.6. O prazo de validade da proposta não será inferior a 120 (cento e vinte) dias, a contar da data de sua apresentação.

6.7. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas.

6.7.1. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

7. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

7.1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

7.2. O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis, ilegalidades, ou não apresentem as especificações exigidas no Termo de Referência.

7.2.1. Também será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

7.2.2. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

7.2.3. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

7.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

7.4. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

7.5. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região
Coordenadoria de Licitações
PROAD Nº 2970/2022-1

7.5.1. O lance deverá ser ofertado pelo valor total do Item.

7.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

7.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

7.8. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser R\$ 1,00 (um Real).

7.9. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa "aberto e fechado", em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

7.10. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de tempo de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

7.11. Encerrado o prazo previsto no item anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até dez por cento superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

7.11.1. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

7.12. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará os lances segundo a ordem crescente de valores.

7.12.1. Não havendo lance final e fechado classificado na forma estabelecida nos itens anteriores, haverá o reinício da etapa fechada, para que os demais licitantes, até o máximo de três, na ordem de classificação, possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

7.13. Poderá o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da etapa fechada, caso nenhum licitante classificado na etapa de lance fechado atender às exigências de habilitação

7.14. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

7.15. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região
Coordenadoria de Licitações
PROAD Nº 2970/2022-1

7.16. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

7.17. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

7.18. O critério de julgamento adotado será o menor preço, conforme definido neste Edital e seus anexos.

7.19. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

7.20. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

7.21. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

7.22. A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

7.23. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

7.24. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

7.25. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

7.25.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 3º, § 2º, da Lei nº 8.666, de 1993, assegurando-se a preferência, sucessivamente, aos serviços:

7.25.1.1. prestados por empresas brasileiras;



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região
Coordenadoria de Licitações
PROAD Nº 2970/2022-1

7.25.1.2. prestados por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

7.25.1.3. prestados por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação.

7.26. Persistindo o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas ou os lances empatados.

7.27. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.

7.27.1. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

7.27.2. O pregoeiro solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo de 02 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

7.27.2.1. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita por meio do e-mail licita@trt15.jus.br, pelo licitante, antes de findo o prazo.

7.28. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

8. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA.

8.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no parágrafo único do art. 7º e no § 9º do art. 26 do Decreto n.º 10.024/2019.

8.2. A análise da exequibilidade da proposta de preços deverá ser realizada por meio da proposta final a ser preenchida pelo licitante, conforme Anexo II deste Edital.

8.3. A Proposta atualizada deverá ser encaminhada pelo licitante exclusivamente via sistema, no prazo de 02 (duas) horas, contado da solicitação do pregoeiro, com os respectivos valores readequados ao lance vencedor, e será analisada pelo Pregoeiro no momento da aceitação do lance vencedor.

8.3.1. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região
Coordenadoria de Licitações
PROAD Nº 2970/2022-1

8.4. Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor, nos termos do item 9.1 do Anexo VII-A da In SEGES/MP n. 5/2017, que:

8.4.1. não estiver em conformidade com os requisitos estabelecidos neste edital;

8.4.2. contenha vício insanável ou ilegalidade;

8.4.3. não apresente as especificações técnicas, quando exigidas pelo Termo de Referência e/ou anexos;

8.4.4. apresentar preço final superior ao preço máximo fixado (Acórdão nº 1455/2018 -TCU - Plenário), ou que apresentar preço manifestamente inexequível;

8.5. Considera-se inexequível a proposta que apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

8.5.1. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, na forma do § 3º do artigo 43 da Lei nº 8.666, de 1993 e a exemplo das enumeradas no item 9.4 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP N. 5, de 2017, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

8.5.2. Quando o licitante apresentar preço final inferior a 30% (trinta por cento) da média dos preços ofertados para o mesmo item, e a inexequibilidade da proposta não for flagrante e evidente pela análise da proposta enviada, não sendo possível a sua imediata desclassificação, será obrigatória a realização de diligências para aferir a legalidade e a exequibilidade da proposta.

8.6. Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita.

8.6.1. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata

8.7. O Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de 02 (duas) horas, sob pena de não aceitação da proposta.

8.7.1. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita por meio do e-mail licita@trt15.jus.br, pelo licitante, antes de findo o prazo.



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região
Coordenadoria de Licitações
PROAD Nº 2970/2022-1

8.7.2. Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Pregoeiro, destacam-se os que contenham as características do serviço ofertado.

8.8. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

8.9. Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no "chat" a nova data e horário para sua continuidade.

8.10. Nos itens não exclusivos para a participação de microempresas e empresas de pequeno porte, sempre que a proposta não for aceita, e antes de o Pregoeiro passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.

8.11. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o pregoeiro verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

9. DA HABILITAÇÃO

9.1. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

a) SICAF;

b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);

c) Cadastro Nacional de Empresas Punidas - CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (CNEP) (www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep)

d) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php).

e) Lista de Inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União - TCU (<https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=INABILITADO:CERTIDAO:0:;>

9.1.1. Para a consulta de licitantes pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas das alíneas "b", "c", "d" e "e" acima pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU (<https://certidoesapf.apps.tcu.gov.br/>)

9.1.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região
Coordenadoria de Licitações
PROAD Nº 2970/2022-1

9.1.2.1. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

9.1.2.1.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

9.1.2.1.2. O licitante será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação.

9.1.3. Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

9.1.4. No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

9.2. Caso atendidas as condições de participação, a habilitação dos licitantes será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos, em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal e trabalhista, à qualificação econômico-financeira e habilitação técnica, conforme o disposto na Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 2018.

9.2.1. O interessado, para efeitos de habilitação prevista na Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 2018 mediante utilização do sistema, deverá atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas;

9.2.2. É dever do licitante atualizar previamente as comprovações constantes do SICAF para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, em conjunto com a apresentação da proposta, a respectiva documentação atualizada.

9.2.3. O descumprimento do subitem acima implicará a inabilitação do licitante, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões feita pelo Pregoeiro lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s), conforme art. 43, §3º, do Decreto 10.024, de 2019.

9.3. Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via sistema, no prazo de 02 (duas) horas, sob pena de inabilitação.

9.4. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

9.5. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região
Coordenadoria de Licitações
PROAD Nº 2970/2022-1

9.6. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.6.1. Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

9.7. Ressalvado o disposto no item 5.3, os licitantes deverão encaminhar, nos termos deste Edital, a documentação relacionada nos itens a seguir, para fins de habilitação:

9.8. Habilitação jurídica:

9.8.1. No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

9.8.2. Em se tratando de Microempreendedor Individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;

9.8.3 Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;

9.8.4. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

9.8.5. Decreto de autorização, em se tratando de sociedade empresária estrangeira em funcionamento no País;

9.8.6. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

9.9. Regularidade fiscal e trabalhista:

9.9.1. prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas;

9.9.2. prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

9.9.3. prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região
Coordenadoria de Licitações
PROAD Nº 2970/2022-1

9.9.4. prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.9.5. prova de inscrição no cadastro de contribuintes municipal/estadual, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.9.6. prova de regularidade com a Fazenda Municipal/Estadual do domicílio ou sede do licitante, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.9.7. caso o licitante seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração emitida pela correspondente Fazenda do domicílio ou sede do fornecedor, ou outra equivalente, na forma da lei;

9.10. Qualificação Econômico-Financeira:

9.10.1. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante.

9.10.2. balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e elaborados e registrados nos termos da legislação em vigor (redação dada pela IN nº 03, de 2018, do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão), que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;

9.10.2.1. no caso de empresa constituída no exercício social vigente, admite-se a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período de existência da sociedade;

9.10.2.2. é admissível o balanço intermediário, se decorrer de lei ou contrato/estatuto social.

9.10.3. comprovação da boa situação financeira da empresa mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um), obtidos pela aplicação das seguintes fórmulas:

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região
Coordenadoria de Licitações
PROAD Nº 2970/2022-1

9.10.4. As empresas, cadastradas ou não no SICAF, que apresentarem resultado inferior ou igual a 1(um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), deverão comprovar patrimônio líquido de:

- 01) R\$ 23.000,00 (vinte e três mil Reais) – para o Item 1.
- 02) R\$ 2.700,00 (dois mil e setecentos Reais) – para o Item 2.
- 03) R\$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos Reais) – para o Item 3.
- 04) R\$ 7.900,00 (sete mil e novecentos Reais) – para o Item 4.
- 05) R\$ 1.400,00 (um mil e quatrocentos Reais) – para o Item 5.
- 06) R\$ 2.600,00 (dois mil e seiscentos Reais) – para o Item 6.
- 07) R\$ 5.000,00 (cinco mil Reais) – para o Item 7.
- 08) R\$ 5.600,00 (cinco mil e seiscentos Reais) – para o Item 8.

9.11. Qualificação Técnica:

9.11.1. Comprovação de aptidão para a prestação dos serviços em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta licitação, ou com o item pertinente, mediante a apresentação de atestado(s) fornecido(s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado.

9.11.1.1. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a serviços executados com as seguintes características mínimas:

1) Apresentação de um ou mais atestados de comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantitativos e prazos com o objeto desta licitação, com a discriminação dos serviços prestados e respectivas quantidades, emitido(s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado, que comprove quantitativo mínimo de limpeza de fachada de um prédio de pelo menos 04 andares ou 12 metros e altura.

9.11.2. Os atestados de capacidade técnica podem ser apresentados em nome da matriz ou da filial da empresa licitante;

9.11.3. Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente;

9.11.4. Somente serão aceitos atestados expedidos após a conclusão do contrato ou se decorrido, pelo menos, um ano do início de sua execução, exceto se firmado para ser executado em prazo inferior, conforme item 10.8 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n. 5, de 2017.

9.11.5. Poderá ser admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo do serviço, a apresentação de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante, pois essa situação se equivale, para fins de comprovação de capacidade técnico-operacional, a uma única contratação, nos termos do item 10.9 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n. 5/2017.

9.11.6. Caso solicitado pelo pregoeiro, o licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados apresentados, apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foram prestados os serviços, consoante o disposto no item 10.10 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n. 5/2017.



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região
Coordenadoria de Licitações
PROAD Nº 2970/2022-1

9.12. O licitante enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na lei complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

9.13. A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal e trabalhista não impede que a licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte seja declarada vencedora, uma vez que atenda a todas as demais exigências do edital.

9.13.1. A declaração do vencedor acontecerá no momento imediatamente posterior à fase de habilitação.

9.14. Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por microempresa ou empresa de pequeno porte, e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, a mesma será convocada para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, após a declaração do vencedor, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.

9.15. A não-regularização fiscal e trabalhista no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa ou empresa de pequeno porte com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização.

9.16. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no "chat" a nova data e horário para a continuidade da mesma.

9.17. Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

9.18. Nos itens não exclusivos a microempresas e empresas de pequeno porte, em havendo inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

9.19. O licitante provisoriamente vencedor em um Item, que estiver concorrendo em outro Item, ficará obrigado a comprovar os requisitos de habilitação cumulativamente, isto é, somando as exigências do Item em que venceu às do Item em que estiver concorrendo, e assim sucessivamente, sob pena de inabilitação.

9.19.1. Não havendo a comprovação cumulativa dos requisitos de habilitação, a habilitação recairá sobre o(s) primeiro(s) Item(ns) arrematado(s) pela licitante, verificada a ordem cronológica de encerramento do Item, conforme mensagem emitida no chat pelo sistema.



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região
Coordenadoria de Licitações
PROAD Nº 2970/2022-1

9.19.1.1. Caso haja Item(ns) arrematado(s) concomitantemente (na mesma hora, minuto e segundo, a ser verificado no sistema), a habilitação recairá sobre o Item de maior valor.

9.19.1.2. Não se aplica o presente subitem para o arremate que se deu por inabilitação / desclassificação de licitante anterior.

9.20. Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor.

10. DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA

10.1. A proposta final do licitante declarado vencedor deverá ser encaminhada no prazo de 02 (duas) horas, a contar da solicitação do Pregoeiro no sistema eletrônico e deverá:

10.1.1. ser redigida em língua portuguesa, datilografada ou digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal, conforme modelo Anexo II.

10.1.2. estar devidamente ajustada ao lance vencedor, em conformidade com o modelo do Anexo II a este instrumento convocatório.

10.1.3. conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento (ver Anexo II).

10.2. A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.

10.2.1. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.

10.3. Os preços deverão ser expressos em moeda corrente nacional, o valor unitário em algarismos e o valor global em algarismos e por extenso (art. 5º da Lei nº 8.666/93).

10.3.1. Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço global, prevalecerão os primeiros; no caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos.

10.4. A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação.

10.5. A proposta deverá obedecer aos termos deste Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante.

10.6. As propostas que contenham a descrição do objeto, o valor e os documentos complementares estarão disponíveis na internet, após a homologação.



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região
Coordenadoria de Licitações
PROAD Nº 2970/2022-1

10.7. Considera-se, para efeito de **hora / dia útil**, o horário / período compreendido entre **08 e 18 horas, de segunda a sexta-feira, com exceção de feriados e recessos forenses**.

11. DOS RECURSOS

11.1. Declarado o vencedor e decorrida a fase de regularização fiscal e trabalhista de microempresa ou empresa de pequeno porte, se for o caso, será concedido o prazo de até 60 (sessenta) minutos, para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer, de forma motivada, isto é, indicando contra qual(is) decisão(ões) pretende recorrer e por quais motivos, em campo próprio do sistema.

11.2. Havendo quem se manifeste, caberá ao Pregoeiro verificar a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente.

11.2.1. Nesse momento o Pregoeiro não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso.

11.2.2. A falta de manifestação motivada do licitante quanto à intenção de recorrer importará a decadência desse direito.

11.2.3. Uma vez admitido o recurso, o recorrente terá, a partir de então, o prazo de três dias para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em outros três dias, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

11.3. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

11.4 .Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço constante neste Edital.

12. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

12.1. A sessão pública poderá ser reaberta:

12.1.1. Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

12.1.2. Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região
Coordenadoria de Licitações
PROAD Nº 2970/2022-1

12.2. Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

12.2.1. A convocação se dará por meio do sistema eletrônico ("chat") ou e-mail, de acordo com a fase do procedimento licitatório.

12.2.2. A convocação feita por e-mail dar-se-á de acordo com os dados contidos no SICAF, sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados.

13. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

13.1. O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor, por ato do Pregoeiro, caso não haja interposição de recurso, ou pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados.

13.2. Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

14. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

14.1. Será exigida a prestação de garantia na presente contratação, conforme regras constantes da Minuta de Contrato – Anexo III.

15. DO TERMO DE CONTRATO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE

15.1. Após a homologação da licitação, em sendo realizada a contratação, será firmado Termo de Contrato ou emitido instrumento equivalente.

15.2. O adjudicatário terá o prazo de 03 (três) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato ou aceitar instrumento equivalente, conforme o caso (Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização), sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

15.2.1. A assinatura do contrato ou instrumento equivalente, da Ata de Registro de Preços, bem como de quaisquer outros termos e documentos no âmbito da contratação, dar-se-á, a critério deste TRT, por meio do Sistema de Processo Administrativo Eletrônico (PROAD), acessível por meio do Portal PROAD.

15.2.2. O Adjudicatário deverá fornecer a documentação solicitada pelo TRT para a realização do cadastro prévio necessário ao seu acesso e de seu representante legal, como usuários externos, ao Sistema de Processo Administrativo Eletrônico (PROAD).

15.2.3. A assinatura de documentos pelo adjudicatário será admitida nas modalidades de assinatura digital, baseada em certificado digital, emitido por autoridade certificadora credenciada à Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP Brasil e assinatura eletrônica, baseada em senha fornecida pelo adjudicado e vinculada a certificado digital gerado pelo PROAD.



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região
Coordenadoria de Licitações
PROAD Nº 2970/2022-1

15.2.4. A assinatura realizada na forma dos subitens acima será considerada válida para todos os efeitos legais.

15.2.5. O prazo previsto no subitem 15.2 poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

15.2.6. O e-mail de envio do termo de contrato será considerado, para todos os efeitos legais, como a notificação para assinatura do contrato.

15.2.7. Na ausência de imediata confirmação de recebimento pela empresa, a referida mensagem eletrônica de encaminhamento do contrato, desde que corretamente encaminhada para o endereço indicado pela empresa em sua proposta, será considerada recebida para todos os efeitos, no prazo de 3 (três) dias úteis a contar de sua emissão.

15.3. O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida à empresa adjudicada, implica no reconhecimento de que:

15.3.1. referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 8.666, de 1993;

15.3.2. a contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no edital e seus anexos;

15.3.3. a contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 77 e 78 da Lei nº 8.666/93 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 79 e 80 da mesma Lei.

15.4. o prazo de vigência da contratação é o estabelecido na Minuta de Contrato.

15.5. Previamente à contratação a Administração realizará consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018, e nos termos do art. 6º, III, da Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002, consulta prévia ao CADIN.

15.5.1. Nos casos em que houver necessidade de assinatura do instrumento de contrato, e o fornecedor não estiver inscrito no SICAF, este deverá proceder ao seu cadastramento, sem ônus, antes da contratação.

15.5.2. Na hipótese de irregularidade do registro no SICAF, o contratado deverá regularizar a sua situação perante o cadastro no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, sob pena de aplicação das penalidades previstas no edital e anexos.

15.6. Na assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas no edital, que deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do contrato ou da ata de registro de preços.

15.7. Na hipótese de o vencedor da licitação não comprovar as condições de habilitação consignadas no edital ou se recusar a assinar o contrato ou a ata de registro



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região
Coordenadoria de Licitações
PROAD Nº 2970/2022-1

de preços, a Administração, sem prejuízo da aplicação das sanções das demais cominações legais cabíveis a esse licitante, poderá convocar outro licitante, respeitada a ordem de classificação, para, após a comprovação dos requisitos para habilitação, analisada a proposta e eventuais documentos complementares e, feita a negociação, assinar o contrato ou a ata de registro de preços.

15.8. Antes da efetivação da contratação, a empresa vencedora se compromete a atender as seguintes condições:

a) não possuir inscrição no cadastro de empregadores flagrados explorando trabalhadores em condições análogas às de escravo, instituído pela Portaria Interministerial MTPS/MMIRDH nº 04/2016; e

b) não ter sido condenada, a contratada ou seus dirigentes, por infringir as leis de combate à discriminação de raça ou de gênero, ao trabalho infantil e ao trabalho escravo, em afronta ao previsto:

- Nos artigos 1º, 3º (inciso IV), 7º (inciso XXXIII) e 170 da Constituição Federal de 1988;
- Nos artigos 149, 203 e 207 do Código Penal Brasileiro;
- No Decreto nº 5.017/2004 (promulga o Protocolo de Palermo);
- Nas Convenções da OIT nº 29 e nº 105;
- No Capítulo IV do Título III (Da Proteção do Trabalho do Menor) do Decreto-Lei nº 5.452/1943 (CLT);
- Nos arts. 60 a 69 da Lei nº 8.069/1990 (ECA), que trata do Direito à Profissionalização e à Proteção no Trabalho;
- No Decreto nº 6.481/2008, o qual trata da proibição das piores formas de trabalho infantil e ação imediata para sua eliminação.

16. DO REAJUSTE

16.1. As regras acerca do reajuste do valor contratual são as estabelecidas na Minuta de Contrato – Anexo III a este Edital.

17. DA ACEITAÇÃO DO OBJETO E DA FISCALIZAÇÃO

17.1. Os critérios de aceitação do objeto e de fiscalização estão previstos na Minuta de Contrato – Anexo III.

18. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

18.1. As obrigações da Contratante e da Contratada são as estabelecidas na Minuta de Contrato – Anexo III.

19. DO PAGAMENTO

19.1. As regras acerca do pagamento são as estabelecidas na Minuta de Contrato – Anexo III a este Edital.

20. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região
Coordenadoria de Licitações
PROAD Nº 2970/2022-1

20.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, o licitante/adjudicatário que:

20.1.1. não assinar o termo de contrato ou aceitar/retirar o instrumento equivalente, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;

20.1.2. não assinar a ata de registro de preços, quando cabível;

20.1.3. apresentar documentação falsa;

20.1.4. deixar de entregar os documentos exigidos no certame;

20.1.5. ensejar o retardamento da execução do objeto;

20.1.6. não mantiver a proposta;

20.1.7. cometer fraude fiscal;

20.1.8. comportar-se de modo inidôneo;

20.2. As sanções do item acima também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva, em pregão para registro de preços, que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente.

20.3. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.

20.4. O licitante/adjudicatário que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

20.4.1. Advertência por faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretarem prejuízos significativos ao objeto da contratação;

20.4.2. Multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do licitante;

20.4.3. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

20.4.4. Impedimento de licitar e de contratar com a União e descredenciamento no SICAF, pelo prazo de até cinco anos;

20.4.4.1. A Sanção de impedimento de licitar e contratar prevista neste subitem também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa no subitem 20.1 deste Edital.



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região
Coordenadoria de Licitações
PROAD Nº 2970/2022-1

20.4.5. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

20.5. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

20.6. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.

20.7. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

20.8. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

20.9. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

20.10. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.

20.11. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

20.12. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

20.13. As sanções por atos praticados no decorrer da contratação estão previstas na Minuta de Contrato – Anexo III.

21. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

21.1. Até 03 (três) dias úteis antes da data designada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar este Edital.



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região
Coordenadoria de Licitações
PROAD Nº 2970/2022-1

21.2. A impugnação deverá ser realizada mediante petição a ser enviada exclusivamente para o endereço eletrônico: licita@trt15.jus.br.

21.3. Caberá ao Pregoeiro, auxiliado pelos responsáveis pela elaboração deste Edital e seus anexos, decidir sobre a impugnação no prazo de até dois dias úteis contados da data de recebimento da impugnação.

21.4. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

21.5. Os pedidos de esclarecimentos referentes a este processo licitatório deverão ser enviados ao Pregoeiro, até 03 (três) dias úteis anteriores à data designada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico via internet, pelo e-mail licita@trt15.jus.br.

21.6. O Pregoeiro responderá aos pedidos de esclarecimentos no prazo de 2 (dois) dias úteis, contado da data de recebimento do pedido, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do Edital e dos anexos.

21.7. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

21.7.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

21.8. As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo sistema e vincularão os participantes e a Administração.

22. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

22.1. Da sessão pública do Pregão divulgar-se-á Ata no sistema eletrônico.

22.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

22.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.

22.4 No julgamento das propostas e da habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

22.5. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região
Coordenadoria de Licitações
PROAD Nº 2970/2022-1

22.6. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

22.7. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

22.8. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

22.9. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

22.10. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

22.11. O Edital está disponibilizado, na íntegra, no endereço eletrônico <https://www.gov.br/compras/pt-br> e <http://portal.trt15.jus.br/pregoes-eletronicos> e também poderá ser lido e/ou obtido no e-mail licita@trt15.jus.br.

22.12. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

22.12.1. ANEXO I - Termo de Referência;

22.12.1.1. ANEXO "A" ao Termo de Referência – Unidades para a Limpeza da Fachada;

22.12.2. ANEXO II – Proposta Atualizada;

22.12.3. ANEXO III – Minuta de Contrato;

23. DO FORO

Fica eleito o foro da Seção Judiciária de Campinas - Justiça Federal do Estado de São Paulo - para dirimir toda e qualquer questão que derivar da presente contratação.

Campinas, 8 de junho de 2022.

Ana Sílvia Damasceno Cardoso Buson
Secretária da Administração



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região
Coordenadoria de Licitações
PROAD Nº 2970/2022-1

ANEXO I AO EDITAL – TERMO DE REFERÊNCIA

IMPORTANTE. Considerando as recentes disposições editadas por este Tribunal, bem como pela Resolução CNJ nº 322/2021, motivadas pela pandemia ocasionada pela COVID-19, informamos que o acesso a todas as dependências deste E. TRT deve, obrigatoriamente, ser efetuado com o uso de máscaras de proteção facial. Essa obrigatoriedade deve ser observada, inclusive, pelos funcionários das empresas contratadas por este E. TRT, as quais deverão levar em consideração, nos valores a serem ofertados em suas propostas de preços, os custos com o citado EPI. O acesso a todas as dependências deste Tribunal deve, obrigatoriamente, ser efetuado também mediante apresentação do certificado de vacinação, tendo em vista o determinado pelo artigo 2º, inciso I, da Portaria GP-CR nº 002/2022 deste Tribunal.

1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO

1.1. DESCRIÇÃO RESUMIDA DO OBJETO

Objeto: Contratação de serviços limpeza de fachadas envidraçadas (face externa) nos edifícios que abrigam as unidades do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região, em todas as suas Circunscrições, conforme as especificações e condições constantes neste Termo de Referência, bem como nos esclarecimentos eventualmente consignados no Portal de Compras do Governo Federal, site <https://www.gov.br/compras/pt-br>.

NOTA: As especificações consignadas no site <https://www.gov.br/compras/pt-br> são apenas referenciais. Devem ser consideradas única e exclusivamente as descrições e as especificações técnicas constantes do edital.

1.2. DESCRIÇÃO DETALHADA DO OBJETO

1. Descrição dos Serviços:

1.1. Os serviços de limpeza de fachadas envidraçadas (face externa) deverão ser executados a cada 12 (doze) meses, em conformidade com os procedimentos descritos nos itens seguintes.

1.2. Os serviços deverão ocorrer mediante cronograma elaborado pela contratada, mas com observação e aprovação da Administração do Tribunal. O cronograma deverá ser enviado por e-mail à Coordenadoria de Manutenção manutencao.secadm@trt15.jus.br em até 10 dias após a assinatura do contrato.

1.3. Após cronograma aceito e aprovado pelo Tribunal, a contratada deverá providenciar o agendamento prévio dos serviços com as unidades da 15ª Região, sendo todas essas providências notificadas à Administração do Tribunal mediante envio de e-mail para as unidades. Os e-mails de todas as unidades estão disponíveis no site do TRT.

1.4. A execução dos serviços de limpeza de fachadas de vidro (face externa) deverá ser acompanhada por servidor designado pela administração local, para a fiscalização dos serviços.



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região
Coordenadoria de Licitações
PROAD Nº 2970/2022-1

1.5. A empresa contratada deverá realizar os serviços com observância das normas de segurança do trabalho, utilizando equipamentos de proteção coletiva (EPC), andaimes, balancim, escadas, cinto de segurança, conforme a NR 35 - Portaria SIT/MTE n.º 313, de 23 de março de 2012, com o seu Anexo I - "Acesso Por Cordas", inserido pela Portaria MTE n.º 593, de 28 de abril de 2014 e o seu Anexo II - "Sistemas de Ancoragem", inserido pela Portaria MTb n.º 1.113, de 21 de setembro de 2016, bem como em conformidade com o subitem 18.15 da NR 18 - Portaria GM n.º 3.214, de 08 de junho de 1978 - "Andaimes e Plataformas de Trabalho".

1.6. Os executantes dos serviços deverão obrigatoriamente usar os equipamentos de proteção individual (EPI) e, sempre que necessário, os equipamentos de proteção coletiva (EPC), observando e avaliando os riscos para a execução dos serviços.

1.7. Nas unidades onde não houver condições de instalação de andaimes, balancim e escadas, deverão ser utilizados equipamentos com acessórios adequados, com extensores, em conformidade com a Portaria MTE n.º 157, de 10 de abril de 2006, artigo 5º, com as normas e regulamentações pertinentes e demais determinações deste Termo de Referência.

1.8. Os serviços consistirão na limpeza de todos os vidros e esquadrias, em sua face externa, aplicando produto desembaçador, com equipamentos e acessórios adequados (Kit limpa-vidros com extensores telescópicos, entre outros).

1.9. Deverá ser observado o constante na Portaria MTE n.º 157, de 10 de abril de 2006, artigo 5º e demais normas cabíveis a respeito de pontos de ancoragem;

1.10. Por ocasião da entrega final dos serviços a cada período de 12 meses, o fiscal local, de imediato, realizará vistoria de avaliação da qualidade com vistas ao aceite dos serviços, in loco, ou se for o caso, no ato solicitará a execução de eventuais correções.

1.11. A empresa deverá realizar a correção dos serviços no mesmo dia, ou no prazo máximo de 5 dias úteis, já agendados da primeira limpeza não satisfatória.

1.12. Eventuais despesas extras com o refazimento dos serviços que da primeira vez não foram realizados a contento, correrão às expensas da contratada.

1.13. Extraordinariamente os serviços poderão ser executados nas unidades em periodicidade diversa da estipulada, se o Tribunal assim entender necessário.

1.14. No caso de ocorrência de serviços extraordinários, a contratada deverá comprovar a execução dos serviços em até 30 dias corridos da realização, mediante a apresentação ao Tribunal de atestado fornecido pela unidade onde foram executados os serviços, o atestado poderá ser entregue por e-mail;

1.15. O atestado deverá ser assinado pelo Diretor da Vara do Trabalho ou pelo responsável da Unidade, sendo essa condição obrigatória para a liquidação e pagamento da despesa.

2. As unidades que receberão limpeza de vidros em fachadas externas estão indicadas no ANEXO "A" conforme link:
https://docs.google.com/document/d/1mE7T__bmYYrQPQeNhdWixykC21FjOwui/edit?usp=sharing&ouid=100281781069457804193&rtopf=true&sd=true ;



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região
Coordenadoria de Licitações
PROAD Nº 2970/2022-1

3 - OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES:

3.1. Se durante a execução das atividades de limpeza, houver a quebra ou for identificado a existência de materiais quebrados, comunicar à fiscalização da unidade, informando o local e a situação.

3.2. Os danos causados pelos funcionários da contratada deverão ser reparados em até três dias corridos a contar da notificação, às expensas da contratada.

3.3. A notificação do dano à contratada compete ao fiscal local, ao constatar o ocorrido.

3.4. Caso sejam encontrados outros tipos de materiais e/ou equipamentos abandonados, a empresa deverá comunicar imediatamente ao fiscal do contrato na unidade, e retirá-los após autorização, seguindo com o descarte de todos materiais residuais de forma ambientalmente sustentável de acordo com recomendações do Guia de Sustentabilidade do CSJT (3ª Edição).

3.5. Por questão de segurança e pela condição de altura e extensão da área a ser tratada, as atividades de limpeza de fachadas envidraçadas deverão ser executadas por, pelo menos, dois funcionários.

3.6. Utilizar os equipamentos de segurança individual e coletivo conforme a necessidade exigir e conforme legislação vigente.

NOTA: No Fórum Trabalhista de Limeira há a necessidade da limpeza da face interna da fachada de vidro, tendo em vista a especificidade daquela localidade onde o pé direito interno é alto.

1.3. DA VIGÊNCIA

A vigência deste contrato é de 30 meses. A critério das partes, sendo possível a prorrogação por prazo diverso do inicialmente firmado, por sucessivos períodos, até o limite de 60 (sessenta) meses, tudo conforme artigo 57, inciso II, da Lei n.º 8.666/1993 c.c. Anexo IX, item 12, alínea "c", da Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 5/2017.

1.4. LOCAL E HORÁRIO DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

Endereço	Horário	Dias da semana	Agendamento
----------	---------	----------------	-------------



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região
Coordenadoria de Licitações
PROAD Nº 2970/2022-1

<p>Sede Judiciária: Rua Barão de Jaguará, 901, Centro, Campinas-SP. Sede Administrativa: Rua Dr. Quirino, 1080, Centro, Campinas-SP. Os endereços das demais unidades poderão ser obtidas no sítio do Tribunal em: https://trt15.jus.br/index.php/contato/informacoes-das-varas e https://trt15.jus.br/index.php/contato/informacoes-das-sedes</p>	<p>12:00h às 18:00h podendo ocorrer em outro horário a ser agendado com o diretor da localidade</p>	<p>Dias úteis, podendo ocorrer em finais de semana e feriados a depender da necessidade do Tribunal</p>	<p>Caso seja necessário o agendamento, favor entrar em contato pelo e-mail manutencao.secadm@trt15.jus.br para os prédios da Sede Judiciária, Sede Administrativa, Anexo Barão 945, para as demais unidades trabalhistas serão os Diretores responsáveis pelos assuntos administrativos das respectivas unidades trabalhistas, onde os endereços e telefones de contatos poderão ser obtidos em: https://trt15.jus.br/index.php/contato/informacoes-das-varas e https://trt15.jus.br/index.php/contato/informacoes-das-sede</p>
--	---	---	--

1.5. LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA A SER ATENDIDA NA CONTRATAÇÃO

Devem ser observados os seguintes normativos: NR 35 - Portaria SIT/MTE n.º 313, de 23 de março de 2012, com o seu Anexo I - "Acesso Por Cordas", inserido pela Portaria MTE n.º 593, de 28 de abril de 2014 e o seu Anexo II - "Sistemas de Ancoragem", inserido pela Portaria MTb n.º 1.113, de 21 de setembro de 2016, bem como em conformidade com o subitem 18.15 da NR 18 - Portaria GM n.º 3.214, de 08 de junho de 1978 - "Andaimos e Plataformas de Trabalho", ou pelas normas mais atualizadas que vierem a substituí-las.

2. GARANTIA

Por se tratar de serviço de limpeza, não se aplica. No entanto, será exigida a Garantia do Contrato / Execução, conforme Cláusula Dez da Minuta de Contrato – Anexo III.

3. SUSTENTABILIDADE

3.1. SUSTENTABILIDADE

Observar as recomendações pertinentes, constantes do "Guia Prático para Inclusão de Critérios de Sustentabilidade nas Contratações da Justiça do Trabalho", 3ª edição, instituído pelo CSJT – Conselho Superior da Justiça do Trabalho (Resolução n.º 310, de 24/09/2021), em especial a(s) seguinte(s):

Item	Objeto / Subitem	Critério	Documento
Todos os Itens	Todos os Itens	2.1 - Limpeza e conservação.	Nas contratações de serviços de limpeza em que estejam incluídos os materiais de limpeza, deve-se optar por produtos biodegradáveis, priorizando aqueles menos agressivos ao meio ambiente e,



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região
Coordenadoria de Licitações
PROAD Nº 2970/2022-1

		<p>preferencialmente, concentrados e/ou fornecidos em refil.</p> <p>Os produtos usados na limpeza e conservação de ambientes, também denominados saneantes, tais como álcool, água sanitária, detergentes, ceras, sabões em barra e em pó, saponáceos, desinfetantes, inseticidas, deverão vir acompanhados dos seguintes documentos:</p> <p>a) Registro ou Isenção de Registro ou Notificação dos Medicamentos na Agência Nacional de Vigilância Sanitária – Anvisa/Ministério da Saúde vigente.</p> <p>b) Serão aceitos Registros publicados no Diário Oficial da União ou obtidos pelo endereço eletrônico da Anvisa (www.anvisa.gov.br), dentro do prazo de validade.</p> <p>Os produtos saneantes deverão ter as seguintes informações no rótulo: nome do fabricante, CNPJ, nome e CRQ do químico responsável, número do registro na Anvisa, número do Serviço de Atendimento ao Consumidor (SAC) e país de origem da indústria.</p> <p>Recomenda-se exigir a Ficha de Informação de Segurança de Produto Químico (FISPQ), de acordo com a NBR 14725-4/2012. Os rótulos dos produtos saneantes, em especial daqueles classificados como perigosos, devem estar em conformidade com a referida norma.</p> <p>O Decreto nº 8.077/2013 estabelece que os produtos de que trata a Lei nº 6.360/1976, dentre os quais se encontram os produtos saneantes, deverão ser registrados junto à Anvisa, observados seus regulamentos específicos.</p> <p>Ainda quanto aos produtos saneantes a serem utilizados pela contratada, observar o que segue:</p> <ul style="list-style-type: none">• Produtos utilizados sob a forma aerossol, solventes e esterilizantes: não devem conter substâncias agressivas à camada de ozônio na atmosfera, conforme Resolução Conama nº 267/2000;• Esponjas: dar preferência àquelas fabricadas com solvente à base d'água;• Sabão em barra e detergentes em pó: priorizar a aquisição de produtos à base de coco ou isentos de fósforo e, quando inexistentes no mercado, deve-se exigir comprovação de que o teor respeita os limites máximos de concentração: Limite máximo de P2O5 por formulação (%) - 10,99. Limite máximo de P por formulação
--	--	--



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região
Coordenadoria de Licitações
PROAD Nº 2970/2022-1

		<p>(%) - 4,80. Média ponderada máxima de P por GFI (%) - 3,16. Média ponderada máxima de STPP por GFI (%) - 12,5, conforme estabelecido no Anexo I da Resolução Conama nº 359/2005.</p> <p>Observar se os aparelhos consumidores de energia necessários à realização dos serviços estão regulamentados no Programa Brasileiro de etiquetagem (PBE), e se os modelos dos bens fornecidos estão classificados com classe de eficiência 'A' na Etiqueta Nacional de Conservação de Energia (Ence), nos termos da Instrução Normativa nº 2/2014, da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação. A exigência da Ence só pode ocorrer caso o produto a ser adquirido tenha Avaliação da Conformidade compulsória, conforme as portarias baixadas pelo Inmetro:</p> <ul style="list-style-type: none">• Produtos e serviços com Avaliação da Conformidade compulsória: (http://www.inmetro.gov.br/qualidade/rtepac/compulsorios.asp)• Produtos e serviços com Avaliação da Conformidade voluntária: (http://www.inmetro.gov.br/qualidade/rtepac/voluntarios.asp) <p>Ressalta-se que, segundo a Portaria Inmetro nº 164/2012, os objetos sujeitos à avaliação da conformidade, no âmbito do PBE, devem ostentar a Ence de forma claramente visível ao consumidor.</p> <p>No caso de uso de equipamentos de limpeza que gerem ruído, exigir da contratada a observância da Resolução Conama nº 20/1994, que institui o Selo Ruído como forma de indicação do nível de potência sonora, medido em decibel (db(a)), de uso obrigatório para aparelhos eletrodomésticos que gerem ruído no seu funcionamento. A Portaria Inmetro nº 430/2012, que estabelece a obrigatoriedade do uso do Selo Ruído, se aplica aos secadores de cabelo, liquidificadores e aspiradores de pó.</p> <p>A contratada deve adotar medidas para evitar o desperdício de água tratada e para a preservação dos recursos hídricos, nos termos da Lei nº 9.433/1997 e da legislação local, considerando a política socioambiental do órgão.</p> <p>Recomenda-se exigir da contratada programa interno de treinamento, conforme prevê a Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 01/2010, segundo a qual os editais para a contratação de serviços</p>
--	--	---



		<p>deverão prever que as empresas contratadas adotarão como prática de sustentabilidade, quando couber, a realização de um programa interno de treinamento de seus empregados para redução de consumo de energia elétrica, de consumo de água e redução de produção de resíduos sólidos. Cabe salientar também que a Política Nacional de Educação Ambiental (Pnea), estabelece que todos têm direito à educação ambiental, incumbindo às empresas promover programas destinados à capacitação dos trabalhadores, visando à melhoria e ao controle efetivo sobre o ambiente de trabalho, bem como sobre as repercussões do processo produtivo no meio ambiente. As atividades vinculadas à PNEA devem ser desenvolvidas na capacitação de recursos humanos, visando à incorporação da dimensão ambiental na formação dos profissionais de todas as áreas. O Poder Público deve incentivar a participação de empresas públicas e privadas no desenvolvimento de programas de educação ambiental.</p> <p>A Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 01/2010 dispõe que os editais para a contratação de serviços deverão prever que as empresas contratadas adotarão como prática de sustentabilidade na execução dos serviços, quando couber, a separação dos resíduos recicláveis descartados, na fonte geradora, e a sua destinação às associações e cooperativas dos catadores de materiais recicláveis.</p> <p>A contratada deve proceder ao recolhimento dos resíduos recicláveis descartados, de forma seletiva, bem como de pilhas, baterias e lâmpadas, de acordo com o programa de coleta seletiva do órgão em observância ao Decreto nº 5.940/2006. O fiscal do contrato deverá conferir a destinação adequada dos resíduos, com especial atenção aos frascos de aerossóis em geral. Esses produtos, quando descartados, deverão ser separados e acondicionados em recipientes adequados para destinação específica.</p>
--	--	---

4. VISTORIA

4.1. A Visita técnica é facultativa. Caso necessário, as empresas poderão agendar visita técnica com antecedência mínima de 48 horas.



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região
Coordenadoria de Licitações
PROAD Nº 2970/2022-1

4.2. Contato para agendamento: Caso a empresa entenda que seja necessária a vistoria, as mesmas deverão agendar previamente junto à Coordenadoria de Manutenção, sito à Rua Dr Quirino, 1080 - Centro - Campinas/SP – Fone: (19) 3231-9500, Ramal 2505, e também pelo e-mail manutencao.secadm@trt15.jus.br mas caso não queira realizar a vistoria, não poderá alegar desconhecimento das condições, quantidades e especificações pertinentes a cada item.

5. ORÇAMENTO

ITEM 1				
Subit em	Descrição	Qtde.	Vi. Unit. (R\$)	Vi. Total (R\$)
1	Amparo	1	1.777,67	1.777,67
2	Atibaia	1	6.878,43	6.878,43
3	Bragança Paulista	1	654,29	654,29
4	Campinas – Sede Judiciária	1	94.127,45	94.127,45
5	Campinas – Sede Administrativa	1	19.554,33	19.554,33
6	Campinas – Anexo Barão 945	1	1.677,67	1.677,67
7	Campinas – FT + Casa Anexa	1	51.552,33	51.552,33
8	Campinas – Anexo Barão Geraldo	1	503,30	503,30
9	Campo Limpo Paulista	1	2.768,15	2.768,15
10	Capivari	1	956,27	956,27
11	Espírito Santo do Pinhal	1	251,65	251,65
12	Hortolândia	1	385,86	385,86



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região
Coordenadoria de Licitações
PROAD Nº 2970/2022-1

13	Indaiatuba	1	1.476,35	1.476,35
14	Itapira	1	1.845,43	1.845,43
15	Itatiba	1	2.852,03	2.852,03
16	Itu	1	1.845,43	1.845,43
17	Jundiaí	1	9.428,49	9.428,49
18	Leme	1	1.677,67	1.677,67
19	Limeira	1	4.429,04	4.429,04
20	Mogi Guaçu	1	4.110,28	4.110,28
21	Mogi Mirim	1	436,19	436,19
22	Paulínia	1	2.516,50	2.516,50
23	Paulínia – Arquivo Betel	1	1.509,90	1.509,90
24	Piracicaba – FT	1	4.563,25	4.563,25
25	Rio Claro	1	8.388,33	8.388,33
26	Salto	1	4.328,38	4.328,38
27	Santa Bárbara D'Oeste	1	2.130,64	2.130,64
28	São João da Boa Vista	1	1.442,79	1.442,79
29	Sumaré	1	4.781,35	4.781,35



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região
Coordenadoria de Licitações
PROAD Nº 2970/2022-1

VALOR TOTAL ESTIMADO – ITEM 1 (R\$)	238.849,45
--	-------------------

ITEM 2				
Subitem	Descrição	Qtde.	Vi. Unit. (R\$)	Vi. Total (R\$)
30	Capão Bonito	1	1.275,03	1.275,03
31	Itanhaém	1	2.751,37	2.751,37
32	Itapetininga	1	2.180,86	2.180,86
33	Itapeva	1	6.677,11	6.677,11
34	Itararé	1	536,85	536,85
35	Registro	1	1.677,67	1.677,67
36	São Roque	1	1.845,43	1.845,43
37	Sorocaba	1	6.542,90	6.542,90
38	Tatuí	1	2.147,41	2.147,41
39	Tietê	1	1.878,99	1.878,99
VALOR TOTAL ESTIMADO – ITEM 2 (R\$)				27.513,62

ITEM 3				
Subitem	Descrição	Qtde.	Vi. Unit. (R\$)	Vi. Total (R\$)



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região
Coordenadoria de Licitações
PROAD Nº 2970/2022-1

40	Aparecida	1	592,25	592,25
41	Caçapava	1	1.073,71	1.073,71
42	Caraguatatuba	1	1.515,94	1.515,94
43	Cruzeiro	1	2.920,65	2.920,65
44	Guaratinguetá	1	1.275,03	1.275,03
45	Jacareí	1	2.935,92	2.935,92
46	Lorena	1	855,61	855,61
47	São José dos Campos	1	11.554,83	11.554,83
48	Taubaté – FT	1	2.013,20	2.013,20
49	Ubatuba	1	1.224,70	1.224,70
VALOR TOTAL ESTIMADO – ITEM 3 (R\$)				25.961,84

ITEM 4				
Subitem	Descrição	Qtde.	VI. Unit. (R\$)	VI. Total (R\$)
50	Araraquara	1	3.659,98	3.659,98
51	Batatais	1	2.390,67	2.390,67
52	Bebedouro	1	2.415,50	2.415,50
53	Cajuru	1	4.533,50	4.533,50



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região
Coordenadoria de Licitações
PROAD Nº 2970/2022-1

54	Cravinhos	1	3.320,00	3.320,00
55	Franca	1	15.770,07	15.770,07
56	Ituverava	1	783,05	783,05
57	Jaboticabal - FT	1	3.128,50	3.128,50
58	Matão	1	2.606,33	2.606,33
59	Mococa	1	2.254,32	2.254,32
60	Orlândia	1	2.543,25	2.543,25
61	Pirassununga	1	2.075,00	2.075,00
62	Porto Ferreira	1	4.853,03	4.853,03
63	Ribeirão Preto – FT	1	14.932,40	14.932,40
64	São Joaquim da Barra	1	2.970,00	2.970,00
65	São José do Rio Pardo	1	1.975,67	1.975,67
66	Sertãozinho	1	6.039,60	6.039,60
67	Taquaritinga	1	3.054,00	3.054,00
VALOR TOTAL ESTIMADO – ITEM 4 (R\$)				79.304,87

ITEM 5				
Subitem	Descrição	Qtde.	Vi. Unit. (R\$)	Vi. Total (R\$)



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região
Coordenadoria de Licitações
PROAD Nº 2970/2022-1

68	Araçatuba	1	3.733,75	3.733,75
69	Birigui	1	3.965,50	3.965,50
70	Lins	1	2.060,00	2.060,00
71	Penápolis	1	4.454,75	4.454,75
VALOR TOTAL ESTIMADO – ITEM 5 (R\$)				14.214,00

ITEM 6				
Subitem	Descrição	Qtde.	Vi. Unit. (R\$)	Vi. Total (R\$)
72	Adamantina	1	3.708,00	3.708,00
73	Assis	1	7.454,50	7.454,50
74	Dracena	1	4.091,17	4.091,17
75	Presidente Venceslau	1	3.320,00	3.320,00
76	Rancharia	1	1.564,38	1.564,38
77	Teodoro Sampaio	1	3.352,50	3.352,50
78	Tupã	1	2.793,75	2.793,75
VALOR TOTAL ESTIMADO – ITEM 6 (R\$)				26.284,30

ITEM 7				
---------------	--	--	--	--



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região
Coordenadoria de Licitações
PROAD Nº 2970/2022-1

Subitem	Descrição	Qtde.	Vi. Unit. (R\$)	Vi. Total (R\$)
79	Barretos	1	11.368,18	11.368,18
80	Catanduva - FT	1	17.850,00	17.850,00
81	Fernandópolis	1	3.237,33	3.237,33
82	Jales	1	2.490,00	2.490,00
83	José Bonifácio	1	3.064,25	3.064,25
84	Olímpia	1	1.564,50	1.564,50
85	São José do Rio Preto – FT	1	9.221,67	9.221,67
86	Votuporanga	1	2.075,00	2.075,00
VALOR TOTAL ESTIMADO – ITEM 7 (R\$)				50.870,93

ITEM 8				
Subitem	Descrição	Qtde.	Vi. Unit. (R\$)	Vi. Total (R\$)
87	Avaré	1	1.564,50	1.564,50
88	Bauru - FT	1	21.598,65	21.598,65
89	Botucatu	1	3.087,33	3.087,33
90	Garça	1	5.021,25	5.021,25
91	Itápolis	1	3.004,33	3.004,33



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região
Coordenadoria de Licitações
PROAD Nº 2970/2022-1

92	Jaú	1	1.490,00	1.490,00
93	Lençóis Paulista	1	4.150,00	4.150,00
94	Marília	1	3.710,17	3.710,17
95	Ourinhos	1	3.320,00	3.320,00
96	Pederneiras	1	4.589,83	4.589,83
97	Santa Cruz do Rio Pardo	1	4.498,33	4.498,33
VALOR TOTAL ESTIMADO – ITEM 8 (R\$)				56.034,39

VALOR TOTAL ESTIMADO – TODOS OS ITENS (R\$)	519.033,40
--	-------------------

6. CONTRATAÇÃO

6.1. Será firmado contrato com a empresa vencedora conforme a minuta de contrato – Anexo III ao edital.

6.2. A execução dos serviços, os prazos, a garantia do objeto, as obrigações das partes, a vigência, a aplicação de sanções, o acompanhamento e fiscalização, o pagamento, a compensação financeira por eventual atraso no pagamento e demais disposições da contratação dar-se-ão segundo as cláusulas da minuta contratual.



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região
Coordenadoria de Licitações
PROAD Nº 2970/2022-1

ANEXO "A" AO TERMO DE REFERÊNCIA DO EDITAL

Unidades para a Limpeza da Fachada

ITEM 1 - CIRCUNSCRIÇÃO I

	Local	Área/m²
1.1	Amparo Av. Bernardino de Campos, 07	100
1.2	Atibaia Rua João Pires, 1200	410
1.3	Bragança Paulista Av. dos Imigrantes, 1387	39
1.4	Campinas – Sede Judiciária Rua Barão de Jaguara, 901	5.295
1.5	Campinas – Sede Administrativa Rua Dr. Quirino, 1080	1.100
1.6	Campinas – Anexo Barão 945 Rua Barão de Jaguara, 945	100
1.7	Campinas – FT Av. José de Souza Campos, 422	2.900
1.8	Campinas – Anexo Barão Geraldo Rua Ângela Signori Grigol, 5	30
1.9	Campo Limpo Paulista Av. Adherbal da Costa Moreira, 1055	165
1.10	Capivari Rua General Osório, 1174/1188	57
1.11	Espírito Santo do Pinhal R. Dr. João Mendes, 126	15
1.12	Hortolândia Av. Anhanguera, 252	23
1.13	Indaiatuba Av. Engenheiro Roberto Barnabé, 3021	88
1.14	Itapira Rua Conselheiro Dantas, 79	110
1.15	Itatiba Av. da Saudade, 584	170
1.16	Itu Rua Santa Cruz, 533	110
1.17	Jundiaí Av. Carlos Salles Bloch, 56, Bairro Anhangabaú	562,35
1.18	Leme Rua Newton Prado, 148	100
1.19	Limeira Rua Henrique Jacobs, 2040	264



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região
Coordenadoria de Licitações
PROAD Nº 2970/2022-1

1.20	Mogi Guaçu Av. Brasil, 4801	245
1.21	Mogi Mirim Rua Luiz Gonzaga Guerreiro, 80	26
1.22	Paulínia Av. dos Expedicionários, 1500	150
1.23	Paulínia – Arquivo Betel Rua Joaquim Aricó, 34	90
1.24	Piracicaba – FT Rua João Pedro Correa, 810	272
1.25	Rio Claro Av. Cidade Judiciária, 289	500
1.26	Salto Rua José Galvão, 196	258
1.27	Santa Bárbara D'Oeste Rua General Osório, 83	127
1.28	São João da Boa Vista Rua Luis Previeiro, 91	86
1.29	Sumaré Rua Ernesto Barijan, 645 eq. Rua Luiza Rodrigues da Silva, 15	285

ITEM 2 - CIRCUNSCRIÇÃO II

	Local	Área/m²
2.30	Capão Bonito Rua Rafael Machado Neto, 328	76
2.31	Itanhaém R. Rui Barbosa eq. R. Prof. Dinorah Cruz, 12	164
2.32	Itapetininga Rua Presidente Jânio da Silva Quadros, 40 - Jardim Marabá	129
2.33	Itapeva Av. Dr. José Ermírio de Moraes, 1970	398
2.34	Itararé Rua 28 de Agosto, 375	32
2.35	Registro Av. Clara Gianotti de Souza, 1555	100
2.36	São Roque Rua Dr. Ângelo Menegusso, 550	110
2.37	Sorocaba Rua Ministro Coqueijo Costa, 61	390
2.38	Tatuí Rua José Bonifácio, 170	128
2.39	Tietê Rua do Comércio, 511	112



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região
Coordenadoria de Licitações
PROAD Nº 2970/2022-1

ITEM 3 - CIRCUNSCRIÇÃO III

	Local	Área/m²
3.40	Aparecida Av. Padroeira do Brasil, 437	23
3.41	Caçapava Rua Treze de Maio, 40 (salas 15 a 28)	64
3.42	Caraguatatuba Av. Presciliana de Castilho, 600	90,36
3.43	Cruzeiro Rua Sebastião Vieira da Silva, 101, Vila Paulo Romeu	174,09
3.44	Guaratinguetá Rua Professor Sylvio José M. Coelho, 33	76
3.45	Jacareí Av. Pensilvânia, 412	175
3.46	Lorena Av. Dr. Peixoto de Castro, 360	51
3.47	São José dos Campos R. Juiz David Barrilli, 85	650
3.48	Taubaté – FT Av. Brig. José Vicente de Faria Lima, s/n	120
3.49	Ubatuba Av. Rio Grande do Sul, 691	73

ITEM 4 - CIRCUNSCRIÇÃO IV

	Local	Área/m²
4.50	Araraquara Av. José Bonifácio, 176	218
4.51	Batatais Av. General Osório, 294	56
4.52	Bebedouro Rua Dr. Oscar Werneck, 634	57
4.53	Cajuru Rua Coronel Manoel Caetano, 181	166
4.54	Cravinhos Av. Fagundes, 196	80
4.55	Franca Rua Frei Germano, 2310	940



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região
Coordenadoria de Licitações
PROAD Nº 2970/2022-1

4.56	Ituverava Praça Dep. Hélyio Nunes da Silva, 226	58
4.57	Jaboticabal - FT Rua José Bonifácio, 497	79
4.58	Matão Rua Jundiá, 1270	62
4.59	Mococa Praça Marechal Deodoro, 66	115
4.60	Orlândia Av. Quatro, 290	77
4.61	Pirassununga Av. Padre Antônio Vann Ess, 1241	50
4.62	Porto Ferreira Av. Júlio de Oliveira Dorta, 950	273
4.63	Ribeirão Preto - FT Rua Afonso Taranto, 105	840
4.64	São Joaquim da Barra Rua Voluntário Geraldo, 1636	120
4.65	São José do Rio Pardo R. Coronel Marçal, 70	46
4.66	Sertãozinho Av. Antônio Seron, 254	360
4.67	Taquaritinga Av. Vicente José Parisi, 1380	76

ITEM 5 - CIRCUNSCRIÇÃO V

Local		Área/m²
5.68	Araçatuba Rua Duque de Caxias, 2130	145
5.69	Birigui Av. Yussef Ismail Mansour, 288	154
5.70	Lins R. Val de Palmas, 168	80
5.71	Penápolis Praça Dr. Carlos Sampaio Filho, 25	173

ITEM 6 - CIRCUNSCRIÇÃO VI

Local		Área/m²
6.72	Adamantina	144



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região
Coordenadoria de Licitações
PROAD Nº 2970/2022-1

	Alameda Fernão Dias, 751	
6.73	Assis Rua Walter Antônio Fontana, 625	282
6.74	Dracena Rua Salvador, 125	103
6.75	Presidente Venceslau Rua General Osório, 37	80
6.76	Rancharia Av. Pedro de Toledo, 919/929	55
6.77	Teodoro Sampaio Rua Alberto Amador, 770	90
6.78	Tupã Rua Nhambiquaras, 804	75

ITEM 7 - CIRCUNSCRIÇÃO VII

	Local	Área/m²
7.79	Barretos Av. Centenário da Abolição, 1.300	382,21
7.80	Catanduva - FT Rua Recife, 585	600
7.81	Fernandópolis Av. Expedicionários Brasileiros, 1651	108,69
7.82	Jales Rua Nove, 1466	60
7.83	José Bonifácio Rua São João, 52	103
7.84	Olímpia Rua São João, 915	42
7.85	São José do Rio Preto - FT Av. José Munia, 5500	500
7.86	Votuporanga Rua Alagoas, 2915	50

ITEM 8 - CIRCUNSCRIÇÃO VIII

	Local	Área/m²
8.87	Avaré	42



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região
Coordenadoria de Licitações
PROAD Nº 2970/2022-1

	Rua Amaral Pacheco, 1120	
8.88	Bauru - FT Rua Antônio Cintra Júnior, 3-11	1.215
8.89	Botucatu Rua Joaquim Lyra Brandão, 147	76
8.90	Garça Av. Dr. Rafael Paes de Barros, 55	165
8.91	Itápolis Rua Bernardino de Campos, 645	74
8.92	Jaú Rua Rolando D'Amico, 121	40
8.93	Lençóis Paulista Rua Carlos Trecenti, 215 /175	100
8.94	Marília Av. Tiradentes, 580	89
8.95	Ourinhos Rua Paulo Sá, 565	80
8.96	Pederneiras Rua José Fernandes Gil, 546	111
8.97	Santa Cruz do Rio Pardo Rua Carlos Rios, 178	110



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região
Coordenadoria de Licitações
PROAD Nº 2970/2022-1

ANEXO II AO EDITAL – PROPOSTA ATUALIZADA

Informamos, a seguir, o **Valor Total do Item** para a Contratação de serviços limpeza de fachadas envidraçadas (face externa) nos edifícios que abrigam as unidades do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região, em todas as suas Circunscrições, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital, no Termo de Referência - Anexo I e na Minuta de Contrato – Anexo III, partes integrantes deste edital, bem como nos esclarecimentos eventualmente consignados no Portal de Compras do Governo Federal, site <https://www.gov.br/compras/pt-br>.

ITEM 1				
Subitem	Descrição	Qtde.	VI. Unit. (R\$)	VI. Total (R\$)
1	Amparo	1		
2	Atibaia	1		
3	Bragança Paulista	1		
4	Campinas – Sede Judiciária	1		
5	Campinas – Sede Administrativa	1		
6	Campinas – Anexo Barão 945	1		
7	Campinas – FT + Casa Anexa	1		
8	Campinas – Anexo Barão Geraldo	1		
9	Campo Limpo Paulista	1		
10	Capivari	1		
11	Espírito Santo do Pinhal	1		



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região
Coordenadoria de Licitações
PROAD Nº 2970/2022-1

12	Hortolândia	1		
13	Indaiatuba	1		
14	Itapira	1		
15	Itatiba	1		
16	Itu	1		
17	Jundiaí	1		
18	Leme	1		
19	Limeira	1		
20	Mogi Guaçu	1		
21	Mogi Mirim	1		
22	Paulínia	1		
23	Paulínia – Arquivo Betel	1		
24	Piracicaba – FT	1		
25	Rio Claro	1		
26	Salto	1		
27	Santa Bárbara D'Oeste	1		
28	São João da Boa Vista	1		



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região
Coordenadoria de Licitações
PROAD Nº 2970/2022-1

29	Sumaré	1		
VALOR TOTAL – ITEM 1 (R\$)				

ITEM 2				
Subitem	Descrição	Qtde.	Vi. Unit. (R\$)	Vi. Total (R\$)
30	Capão Bonito	1		
31	Itanhaém	1		
32	Itapetininga	1		
33	Itapeva	1		
34	Itararé	1		
35	Registro	1		
36	São Roque	1		
37	Sorocaba	1		
38	Tatuí	1		
39	Tietê	1		
VALOR TOTAL – ITEM 2 (R\$)				

ITEM 3				
---------------	--	--	--	--



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região
Coordenadoria de Licitações
PROAD Nº 2970/2022-1

Subitem	Descrição	Qtde.	VI. Unit. (R\$)	VI. Total (R\$)
40	Aparecida	1		
41	Caçapava	1		
42	Caraguatatuba	1		
43	Cruzeiro	1		
44	Guaratinguetá	1		
45	Jacareí	1		
46	Lorena	1		
47	São José dos Campos	1		
48	Taubaté – FT	1		
49	Ubatuba	1		
VALOR TOTAL – ITEM 3 (R\$)				

ITEM 4				
Subitem	Descrição	Qtde.	VI. Unit. (R\$)	VI. Total (R\$)
50	Araraquara	1		
51	Batatais	1		
52	Bebedouro	1		



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região
Coordenadoria de Licitações
PROAD Nº 2970/2022-1

53	Cajuru	1		
54	Cravinhos	1		
55	Franca	1		
56	Ituverava	1		
57	Jaboticabal - FT	1		
58	Matão	1		
59	Mococa	1		
60	Orlândia	1		
61	Pirassununga	1		
62	Porto Ferreira	1		
63	Ribeirão Preto – FT	1		
64	São Joaquim da Barra	1		
65	São José do Rio Pardo	1		
66	Sertãozinho	1		
67	Taquaritinga	1		
VALOR TOTAL – ITEM 4 (R\$)				

ITEM 5



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região
Coordenadoria de Licitações
PROAD Nº 2970/2022-1

Subitem	Descrição	Qtde.	VI. Unit. (R\$)	VI. Total (R\$)
68	Araçatuba	1		
69	Birigui	1		
70	Lins	1		
71	Penápolis	1		
VALOR TOTAL – ITEM 5 (R\$)				

ITEM 6				
Subitem	Descrição	Qtde.	VI. Unit. (R\$)	VI. Total (R\$)
72	Adamantina	1		
73	Assis	1		
74	Dracena	1		
75	Presidente Venceslau	1		
76	Rancharia	1		
77	Teodoro Sampaio	1		
78	Tupã	1		
VALOR TOTAL – ITEM 6 (R\$)				



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região
Coordenadoria de Licitações
PROAD Nº 2970/2022-1

ITEM 7				
Subitem	Descrição	Qtde.	Vi. Unit. (R\$)	Vi. Total (R\$)
79	Barretos	1		
80	Catanduva - FT	1		
81	Fernandópolis	1		
82	Jales	1		
83	José Bonifácio	1		
84	Olímpia	1		
85	São José do Rio Preto – FT	1		
86	Votuporanga	1		
VALOR TOTAL – ITEM 7 (R\$)				

ITEM 8				
Subitem	Descrição	Qtde.	Vi. Unit. (R\$)	Vi. Total (R\$)
87	Avaré	1		
88	Bauru - FT	1		
89	Botucatu	1		
90	Garça	1		



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região
Coordenadoria de Licitações
PROAD Nº 2970/2022-1

91	Itápolis	1		
92	Jaú	1		
93	Lençóis Paulista	1		
94	Marília	1		
95	Ourinhos	1		
96	Pederneiras	1		
97	Santa Cruz do Rio Pardo	1		
VALOR TOTAL – ITEM 8 (R\$)				

PROPOSTA VÁLIDA POR 120 (cento e vinte) DIAS.

DADOS DA EMPRESA

NOME DA
EMPRESA:

NOME E E-MAIL PESSOAL DO RESPONSÁVEL PELA ASSINATURA DO CONTRATO:

ENDEREÇO:

CIDADE:

ESTADO:

CEP:

TELEFONE:

CELULAR:

E-MAIL:

CNPJ:

BANCO:

Agência nº:

Dígito:

Conta Corrente nº:
CORRENTE N.º:

Dígito:

Local e data:

Nome do representante legal da empresa
Carimbo da empresa licitante

Assinatura do representante legal da empresa



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região
Coordenadoria de Licitações
PROAD Nº 2970/2022-1

ANEXO III AO EDITAL – MINUTA DE CONTRATO

MINUTA CONTRATO Nº ____/20____ PROAD Nº 2970/2022

Aos ____ (_____) dias do mês de ____ do ano de dois mil e vinte e dois, na sede do TRT da 15ª Região, localizado na Rua Barão de Jaguará, 901, Centro, Campinas-SP, CEP 13015-927, comparecem, de um lado, o **TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO**, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 03.773.524/0001-03, daqui em diante designado meramente **TRT**, neste ato representado por sua Secretária da Administração, _____, brasileira, portadora da Carteira de Identidade RG nº _____ e do CPF nº _____, de acordo com as atribuições que lhe foram conferidas, por subdelegação de competência, pela Portaria DG 01/2018, artigo 3º, alínea "a", publicada no DEJT – Caderno Administrativo, de 13/12/2018, e, de outro lado, a empresa _____, doravante denominada simplesmente **CONTRATADA**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº _____, estabelecida na Rua/Av. _____, _____, CEP _____, ora representada por seu _____, _____, _____, portador da Carteira de Identidade RG nº _____ e do CPF/MF nº _____, em conformidade com o resultado do PROAD nº 2970/2022, devidamente homologado conforme documento nº ____ do aludido processo, resolvem firmar o presente contrato, regido pela Lei n.º 8.666/1993 e alterações posteriores, bem como pelas cláusulas e condições seguintes.

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO - O presente contrato tem por objeto a prestação dos serviços de limpeza de fachadas envidraçadas (face externa), nos edifícios que abrigam as Unidades do TRT pertencentes às Circunscrições I a VIII do TRT, relacionadas no quadro abaixo.

Grupo 1 - CIRCUNSCRIÇÃO I

Local		Área/m²
1.1	Amparo Av. Bernardino de Campos, 07	100
1.2	Atibaia Rua João Pires, 1200	410
1.3	Bragança Paulista Av. dos Imigrantes, 1387	39
1.4	Campinas – Sede Judiciária Rua Barão de Jaguará, 901	5.295



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região
Coordenadoria de Licitações
PROAD Nº 2970/2022-1

1.5	Campinas – Sede Administrativa Rua Dr. Quirino, 1080	1.100
1.6	Campinas – Anexo Barão 945 Rua Barão de Jaguará, 945	100
1.7	Campinas – FT Av. José de Souza Campos, 422	2.900
1.8	Campinas – Anexo Barão Geraldo Rua Ângela Signori Grigol, 5	30
1.9	Campo Limpo Paulista Av. Adherbal da Costa Moreira, 1055	165
1.10	Capivari Rua General Osório, 1174/1188	57
1.11	Espírito Santo do Pinhal R. Dr. João Mendes, 126	15
1.12	Hortolândia Av. Anhanguera, 252	23
1.13	Indaiatuba Av. Engenheiro Roberto Barnabé, 3021	88
1.14	Itapira Rua Conselheiro Dantas, 79	110
1.15	Itatiba Av. da Saudade, 584	170
1.16	Itu Rua Santa Cruz, 533	110
1.17	Jundiaí Av. Carlos Salles Bloch, 56, Bairro Anhangabaú	562,35
1.18	Leme Rua Newton Prado, 148	100
1.19	Limeira Rua Henrique Jacobs, 2040	264
1.20	Mogi Guaçu Av. Brasil, 4801	245
1.21	Mogi Mirim	26



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região
Coordenadoria de Licitações
PROAD Nº 2970/2022-1

	Rua Luiz Gonzaga Guerreiro, 80	
1.22	Paulínia Av. dos Expedicionários, 1500	150
1.23	Paulínia – Arquivo Betel Rua Joaquim Aricó, 34	90
1.24	Piracicaba – FT Rua João Pedro Correa, 810	272
1.25	Rio Claro Av. Cidade Judiciária, 289	500
1.26	Salto Rua José Galvão, 196	258
1.27	Santa Bárbara D'Oeste Rua General Osório, 83	127
1.28	São João da Boa Vista Rua Luis Preveiro, 91	86
1.29	Sumaré Rua Ernesto Barijan, 645 esq. Rua Luiza Rodrigues da Silva, 15	285

Grupo 2 - CIRCUNSCRIÇÃO II

	Local	Área/m²
2.1	Capão Bonito Rua Rafael Machado Neto, 328	76
2.2	Itanhaém R. Rui Barbosa esq. R. Prof. Dinorah Cruz, 12	164
2.3	Itapetininga Rua Presidente Jânio da Silva Quadros, 40 - Jardim Marabá	129
2.4	Itapeva Av. Dr. José Ermírio de Moraes, 1970	398
2.5	Itararé Rua 28 de Agosto, 375	32
2.6	Registro Av. Clara Gianotti de Souza, 1555	100
2.7	São Roque	110



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região
Coordenadoria de Licitações
PROAD Nº 2970/2022-1

	Rua Dr. Ângelo Menegusso, 550	
2.8	Sorocaba Rua Ministro Coqueijo Costa, 61	390
2.9	Tatuí Rua José Bonifácio, 170	128
2.10	Tietê Rua do Comércio, 511	112

Grupo 3 - CIRCUNSCRIÇÃO III

Local		Área/m²
3.1	Aparecida Av. Padroeira do Brasil, 437	23
3.2	Caçapava Rua Treze de Maio, 40 (salas 15 a 28)	64
3.3	Caraguatatuba Av. Presciliana de Castilho, 600	90,36
3.4	Cruzeiro Rua Sebastião Vieira da Silva, 101, Vila Paulo Romeu	174,09
3.5	Guaratinguetá Rua Professor Sylvio José M. Coelho, 33	76
3.6	Jacareí Av. Pensilvânia, 412	175
3.7	Lorena Av. Dr. Peixoto de Castro, 360	51
3.8	São José dos Campos R. Juiz David Barrilli, 85	650
3.9	Taubaté – FT Av. Brig. José Vicente de Faria Lima, s/n	120
3.10	Ubatuba Av. Rio Grande do Sul, 691	73

Grupo 4 - CIRCUNSCRIÇÃO IV

Local		Área/m²
4.1	Araraquara Av. José Bonifácio, 176	218
4.2	Batatais	56



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região
Coordenadoria de Licitações
PROAD Nº 2970/2022-1

	Av. General Osório, 294	
4.3	Bebedouro Rua Dr. Oscar Werneck, 634	57
4.4	Cajuru Rua Coronel Manoel Caetano, 181	166
4.5	Cravinhos Av. Fagundes, 196	80
4.6	Franca Rua Frei Germano, 2310	940
4.7	Ituverava Praça Dep. Hêlvio Nunes da Silva, 226	58
4.8	Jaboticabal - FT Rua José Bonifácio, 497	79
4.9	Matão Rua Jundiaí, 1270	62
4.10	Mococa Praça Marechal Deodoro, 66	115
4.11	Orlândia Av. Quatro, 290	77
4.12	Pirassununga Av. Padre Antônio Vann Ess, 1241	50
4.13	Porto Ferreira Av. Júlio de Oliveira Dorta, 950	273
4.14	Ribeirão Preto – FT Rua Afonso Taranto, 105	840
4.15	São Joaquim da Barra Rua Voluntário Geraldo, 1636	120
4.16	São José do Rio Pardo R. Coronel Marçal, 70	46
4.17	Sertãozinho Av. Antônio Seron, 254	360
4.18	Taquaritinga Av. Vicente José Parisi, 1380	76

Grupo 5 - CIRCUNSCRIÇÃO V



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região
Coordenadoria de Licitações
PROAD Nº 2970/2022-1

Local		Área/m²
5.1	Araçatuba Rua Duque de Caxias, 2130	145
5.2	Birigui Av. Yussef Ismail Mansour, 288	154
5.3	Lins R. Val de Palmas, 168	80
5.4	Penápolis Praça Dr. Carlos Sampaio Filho, 25	173

Grupo 6 - CIRCUNSCRIÇÃO VI

Local		Área/m²
6.1	Adamantina Alameda Fernão Dias, 751	144
6.2	Assis Rua Walter Antônio Fontana, 625	282
6.3	Dracena Rua Salvador, 125	103
6.4	Presidente Venceslau Rua General Osório, 37	80
6.5	Rancharia Av. Pedro de Toledo, 919/929	55
6.6	Teodoro Sampaio Rua Alberto Amador, 770	90
6.7	Tupã Rua Nhambiquaras, 804	75

Grupo 7 - CIRCUNSCRIÇÃO VII

Local		Área/m²
7.1	Barretos Av. Centenário da Abolição, 1.300	382,21
7.2	Catanduva - FT Rua Recife, 585	600
7.3	Fernandópolis Av. Expedicionários Brasileiros, 1651	108,69



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região
Coordenadoria de Licitações
PROAD Nº 2970/2022-1

7.4	Jales Rua Nove, 1466	60
7.5	José Bonifácio Rua São João, 52	103
7.6	Olímpia Rua São João, 915	42
7.7	São José do Rio Preto – FT Av. José Munia, 5500	500
7.8	Votuporanga Rua Alagoas, 2915	50

Grupo 8 - CIRCUNSCRIÇÃO VIII

Local		Área/m²
8.1	Avaré Rua Amaral Pacheco, 1120	42
8.2	Bauru - FT Rua Antônio Cintra Júnior, 3-11	1.215
8.3	Botucatu Rua Joaquim Lyra Brandão, 147	76
8.4	Garça Av. Dr. Rafael Paes de Barros, 55	165
8.5	Itápolis Rua Bernardino de Campos, 645	74
8.6	Jaú Rua Rolando D'Amico, 121	40
8.7	Lençóis Paulista Rua Carlos Trecenti, 215 /175	100
8.8	Marília Av. Tiradentes, 580	89
8.9	Ourinhos Rua Paulo Sá, 565	80
8.10	Pederneiras Rua José Fernandes Gil, 546	111
8.11	Santa Cruz do Rio Pardo	110



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região
Coordenadoria de Licitações
PROAD Nº 2970/2022-1

Rua Carlos Rios, 178	
----------------------	--

Parágrafo Primeiro - Em razão da especificidade do local, no Fórum Trabalhista de Limeira (Circunscrição I - 1.19) há a necessidade de limpeza da face interna da fachada de vidro.

Parágrafo Segundo - Durante a vigência contratual, por necessidade ou conveniência do TRT, suas unidades poderão mudar de endereço e, em razão disso, os novos prédios poderão ou não necessitar dos serviços deste contrato.

CLÁUSULA SEGUNDA: DOS PRAZOS E DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS - A CONTRATADA deverá executar os serviços de limpeza de fachadas envidraçadas nas Unidades indicadas na Cláusula Primeira, a cada 12 meses, observado os seguintes procedimentos:

1. Os serviços deverão ocorrer mediante cronograma elaborado pela CONTRATADA, mas com observação e aprovação do TRT. O cronograma deverá ser enviado por e-mail à Coordenadoria de Manutenção (manutencao.secadm@trt15.jus.br) em até 10 (dez) dias após a assinatura do contrato;
2. Após cronograma aceito e aprovado pelo TRT, a CONTRATADA deverá providenciar o agendamento prévio dos serviços com as Unidades, mediante envio de e-mail, sendo todas essas providências notificadas ao TRT.
3. A execução dos serviços de limpeza de fachadas de vidro (face externa) deverá ser acompanhada por servidor designado pela Unidade, para a fiscalização dos serviços;
4. Os serviços deverão ser realizados com observância das normas de segurança do trabalho, utilizando equipamentos de proteção coletiva (EPC), andaimes, balancim, escadas, cinto de segurança, conforme a NR 35 - Portaria SIT/MTE nº 313, de 23 de março de 2012, com o seu Anexo I - "Acesso Por Cordas", inserido pela Portaria MTE nº 593, de 28 de abril de 2014 e o seu Anexo II - "Sistemas de Ancoragem", inserido pela Portaria MTb nº 1.113, de 21 de setembro de 2016, bem como em conformidade com o subitem 18.15 da NR 18 - Portaria GM nº 3.214, de 08 de junho de 1978 - "Andaimes e Plataformas de Trabalho". Deverá observar, ainda, o constante na Portaria MTE nº 157, de 10 de abril de 2006, artigo 5º e demais normas cabíveis a respeito de pontos de ancoragem;
5. Os executantes dos serviços deverão obrigatoriamente usar os equipamentos de proteção individual (EPI) e, sempre que necessário, os equipamentos de proteção coletiva (EPC), observando e avaliando os riscos para a execução dos serviços;
6. Nas Unidades onde não houver condições de instalação de andaimes, balancim e escadas, deverão ser utilizados equipamentos com acessórios adequados, com extensores, em conformidade com a Portaria MTE nº 157 de 10 de abril de 2006, artigo 5º, e em conformidade com as normas e regulamentações pertinentes, com as demais determinações do anexo e com as demais disposições da presente cláusula;



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região
Coordenadoria de Licitações
PROAD Nº 2970/2022-1

7. Os serviços consistirão na limpeza de todos os vidros e esquadrias (face externa), aplicando produto antiembaçante, com equipamentos e acessórios adequados (Kit limpavidros com extensores telescópicos, entre outros);
8. Por ocasião da entrega final dos serviços a cada período de 12 meses, o fiscal local, de imediato, realizará vistoria de avaliação da qualidade com vistas ao aceite dos serviços, in loco, ou se for o caso, no ato solicitará a execução de eventuais correções;
9. A CONTRATADA deverá realizar a correção dos serviços no mesmo dia, ou no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, já agendados da primeira limpeza não satisfatória; e
10. Eventuais despesas extras com o refazimento dos serviços, que da primeira vez não foram realizados a contento, correrão às expensas da CONTRATADA.

Parágrafo Primeiro - A CONTRATADA deverá observar rigorosamente o prazo de 15 (quinze) dias corridos, a contar da assinatura deste contrato, para selecionar, preparar, implantar e dar início efetivamente à execução dos serviços. Deverá, ainda, indicar por e-mail enviado à Unidade na qual serão prestados os serviços, com antecedência de 02 (dois) dias corridos, o nome dos funcionários responsáveis pela execução dos serviços, os números dos documentos de identificação e a placa dos veículos de trabalho.

Parágrafo Segundo - Se durante a execução das atividades de limpeza, houver a quebra ou for identificado a existência de materiais quebrados, a CONTRATADA deverá comunicar à fiscalização da Unidade informando o local e a situação.

Parágrafo Terceiro - Os danos causados pelos funcionários da CONTRATADA deverão ser reparados em até 3 (três) dias a contar da notificação, às expensas da CONTRATADA. A notificação do dano à CONTRATADA compete ao fiscal local, ao constatar o dano.

Parágrafo Quarto - Caso haja necessidade extraordinária, os serviços de limpeza poderão ser executados em periodicidade diversa da estipulada nesta cláusula, a critério do TRT.

Parágrafo Quinto - No caso de ocorrência de serviços extraordinários, a CONTRATADA deverá comprovar a execução dos serviços em até 30 (trinta) dias corridos da realização, mediante a apresentação ao TRT de atestado fornecido pela Unidade onde foram executados os serviços. Tal atestado, que pode ser encaminhado por e-mail, deverá ser assinado pelo Diretor da Vara do Trabalho ou pelo responsável da Unidade, sendo essa condição obrigatória para a liquidação e pagamento da despesa.

Parágrafo Sexto - Caso sejam encontrados outros tipos de materiais e/ou equipamentos abandonados, a CONTRATADA deverá comunicar imediatamente ao fiscal do contrato na Unidade, e retirá-los após autorização.



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região
Coordenadoria de Licitações
PROAD Nº 2970/2022-1

Parágrafo Sétimo - Por questão de segurança e pela condição de altura e extensão da área a ser tratada, as atividades de limpeza de fachadas envidraçadas deverão ser executadas com pelo menos dois funcionários.

Parágrafo Oitavo - Os serviços deverão ser executados em dias úteis, das 12h00 às 18h00, podendo, a critério do TRT, ocorrer em outros horários como também em feriados e finais de semana, devendo sempre serem previamente agendadas junto à Coordenadoria de Manutenção do TRT, para o Edifício Sede Administrativa, Edifício Sede Judiciária e Anexo Barão 945, Anexo Almoxarifado e Anexo Betel, por meio do endereço eletrônico: manutencao.secadm@trt15.jus.br; para as demais Unidades o agendamento deverá ocorrer junto ao Diretor de Secretaria da Vara do Trabalho responsável administrativamente pela respectiva Vara do Trabalho ou Fórum Trabalhista onde os serviços forem prestados.

Parágrafo Nono - Os endereços eletrônicos de que trata o item "1", bem como os endereços e telefones de todas as Unidades, tratados no parágrafo anterior, poderão ser obtidos em: <https://trt15.jus.br/index.php/contato/informacoes-das-varas> e <https://trt15.jus.br/index.php/contato/informacoes-das-sedes>;

CLÁUSULA TERCEIRA: DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA – A CONTRATADA se compromete a dar plena e fiel execução ao presente contrato, obrigando-se, ainda, a:

1. atender às Normas e Legislações que regulamentam a prestação de serviços descritos na cláusula segunda, como a NR-35 do Ministério do Trabalho e Emprego - MTE e demais pertinentes;
2. fornecer, além da mão de obra, saneantes domissanitários, materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários para a perfeita execução dos serviços de limpeza de fachadas envidraçadas e demais atividades correlatas, além de todos os EPI's e EPC's necessários para uso dos funcionários, todos às suas expensas.
3. realizar todos os serviços de acordo com as Normas da ABNT's pertinentes;
4. comunicar ao TRT a superveniência de fato impeditivo da manutenção das condições de habilitação exigidas na licitação;
5. responsabilizar-se pelas despesas relativas a encargos trabalhistas, seguro de acidentes, impostos, contribuições previdenciárias e quaisquer outras que forem devidas e referentes aos serviços executados por seus empregados, uma vez inexistir vínculo deles com o TRT;
6. designar preposto para representá-la perante o TRT para orientar na execução do contrato, bem como manter contato com o fiscal em cada unidade, solicitando as providências que se fizerem necessárias ao bom cumprimento de suas obrigações, recebendo as reclamações do fiscal e, atuando com todas as medidas cabíveis para a solução dos problemas referentes aos serviços. A designação do preposto deverá ser por escrito, em documento assinado por representante legal da CONTRATADA, constando os dados, telefone, e e-mail para contatos;



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região
Coordenadoria de Licitações
PROAD Nº 2970/2022-1

7. cuidar para que o preposto indicado mantenha permanente contato com o gestor do contrato, adotando as providências requeridas relativas à execução dos serviços pelos empregados;
8. executar os serviços em horários que não interfiram no bom andamento de funcionamento das atividades das Unidades do TRT;
9. empregar na execução dos serviços, pessoal devidamente qualificado e treinado a desenvolver os serviços;
10. providenciar para que todos os seus empregados cumpram as normas internas relativas à segurança dos locais onde serão executados os serviços, bem como às normas relativas à Medicina do Trabalho;
11. prever pessoal necessário para garantir a execução dos serviços, sem interrupção, seja por motivo de férias, descanso semanal, licença, falta ao serviço, demissão e outros análogos, obedecidas as disposições da legislação trabalhista vigente;
12. manter todos os equipamentos e utensílios necessários à execução dos serviços em perfeitas condições de uso. Os equipamentos elétricos devem ser dotados de sistemas de proteção, de modo a evitar danos à rede elétrica;
13. identificar todos os equipamentos, ferramentas e utensílios de sua propriedade, tais como escada, de forma a não serem confundidos com similares de propriedade do TRT;
14. providenciar junto à Prefeitura ou órgão competente qualquer tipo de autorização ou licença que se façam necessárias para a execução dos serviços;
15. comprovar, sempre que solicitado pelo TRT, a formação da mão de obra oferecida;
16. responsabilizar-se pela qualidade dos serviços, produtividade, comportamento, disciplina e confiabilidade de seus funcionários durante o desenvolvimento das suas atividades no âmbito do TRT;
17. responsabilizar-se por todas as despesas inerentes aos serviços contratados, inclusive as de documentação, licenças, taxas, pagamento de seguros contra acidentes de trabalho, responsabilizando-se também por danos a terceiros;
18. responder, nos prazos legais, em relação aos seus funcionários, por todas as despesas decorrentes da execução do serviço e por outras correlatas, tais como salários, seguros de acidentes, indenizações, tributos, vale-refeição, vale-transporte, uniformes, crachás e outras exigidas pela Convenção Coletiva da categoria profissional ou que porventura venham a ser criadas e exigidas pelo Poder Público;
19. orientar seus funcionários a circularem somente em áreas a eles autorizadas, sempre devidamente identificados com o crachá e usando uniforme. No crachá de identificação deverá conter foto 3X4 recente;
20. acatar, cumprir e fazer cumprir por parte de seus funcionários, as disposições contidas na legislação específica do trabalho;
21. acatar as decisões e observações feitas pelo TRT ou pelo gestor do contrato, relativamente à prestação dos serviços;



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região
Coordenadoria de Licitações
PROAD Nº 2970/2022-1

22. respeitar, e fazer com que seus funcionários respeitem, as normas e procedimentos de controle interno, inclusive de acesso às dependências do TRT;
23. fazer com que seus empregados observem rigidamente as normas disciplinares do TRT;
24. responder pelos danos causados diretamente à Administração ou aos bens do TRT, ou ainda a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, ou igualmente de seus funcionários, durante a execução deste contrato;
25. comunicar à Administração do TRT, por escrito, preferencialmente por e-mail, qualquer anormalidade constatada e prestar os esclarecimentos solicitados;
26. fiscalizar regularmente os seus empregados designados para a prestação do serviço, com o intento de verificar as condições em que o serviço está sendo prestado;
27. arcar com as despesas decorrentes de qualquer infração cometida por seus empregados, quando da execução do serviço objeto deste contrato;
28. administrar todo e qualquer assunto relativo aos seus empregados;
29. assumir a responsabilidade e tomar as medidas necessárias ao atendimento dos seus funcionários acidentados ou com mal súbito, incluindo traslado para pronto-socorro, hospitais ou clínicas;
30. informar seus funcionários que em nenhuma hipótese há vínculo empregatício com o TRT e que a CONTRATADA responderá única e exclusivamente pelas ações trabalhistas impetradas por seus funcionários, relativas ao período em que trabalharam nas dependências do TRT, isentando este, desde já, de quaisquer ônus, processuais e financeiros, decorrentes dessas demandas;
31. manter, durante a vigência deste contrato, devidamente válidas e atualizadas, as seguintes certidões de regularidade, cuja autenticidade será verificada pela Internet:
 - a) expedidas conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), a Certidão Negativa de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, ou Certidão Positiva com Efeitos de Negativa de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União;
 - b) expedido pela Caixa Econômica Federal (CEF), o Certificado de Regularidade do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (CRF);
 - c) expedida pela Justiça do Trabalho, a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).
32. observar as recomendações constantes do "Guia de Contratações Sustentáveis da Justiça do Trabalho", instituído pelo CSJT – Conselho Superior da Justiça do Trabalho (Resolução nº 310/2021, de 24/09/2021), sem prejuízo da legislação e das normas vigentes que amparam as contratações de serviços pela Administração Pública, em especial as seguintes:
 - a) manter essas condições que poderão ser verificadas constantemente durante toda a vigência do contrato, sob pena de rescisão contratual:



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região
Coordenadoria de Licitações
PROAD Nº 2970/2022-1

- a.1) não possuir inscrição no cadastro de empregadores flagrados explorando trabalhadores em condições análogas às de escravo, instituído pela Portaria Interministerial MTPS/MMIRDH nº 04/2016;
- a.2) não ter sido condenada, a CONTRATADA ou seus dirigentes, por infringir as leis de combate à discriminação de raça ou de gênero, ao trabalho infantil e ao trabalho escravo, em afronta ao previsto nos artigos 1º, 3º (inciso IV), 7º (inciso XXXIII) e 170 da Constituição Federal de 1988; nos artigos 149, 203 e 207 do Código Penal Brasileiro; no Decreto nº 5.017/2004 (promulga o Protocolo de Palermo); nas Convenções da OIT nº 29 e nº 105; no Capítulo IV do Título III (Da Proteção do Trabalho do Menor) do Decreto-Lei nº 5.452/1943 (CLT); nos arts. 60 a 69 da Lei nº 8.069/1990 (ECA), que trata do Direito à Profissionalização e à Proteção no Trabalho; e no Decreto nº 6.481/2008, o qual trata da proibição das piores formas de trabalho infantil e ação imediata para sua eliminação.
- b) obedecer às normas técnicas, de saúde, higiene e de segurança do trabalho, fornecendo aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários para a execução de serviços e fiscalizando o seu uso, conforme consta da Norma Regulamentadora MTE nº 06.
- c) observar as disposições contidas no subitem 2.1 do Guia de Contratações Sustentáveis do CSJT 3ª Edição, que tratam da limpeza e conservação, concernentes a esta contratação.
33. comunicar ao TRT, por escrito, preferencialmente por e-mail, no prazo de até 30 (trinta) dias corridos, quaisquer alterações havidas no seu contrato social durante a vigência deste contrato e, igualmente, durante a vigência da garantia, juntando à comunicação cópia do documento de formalização da respectiva alteração.
34. manter sigilo, sob pena de responsabilidade civil, penal e administrativa, sobre todo e qualquer assunto de interesse do TRT ou de terceiros que tomar conhecimento em razão da execução deste contrato, devendo orientar seus funcionários nesse sentido.
35. observar e atender às disposições editadas por este TRT, bem como na Resolução CNJ nº 322/2021, além de outras editadas posteriormente, que dispõem sobre o uso geral e obrigatório de equipamentos de proteção contra a disseminação do COVID-19, para trabalhos nas dependências sob responsabilidade deste TRT;
36. realizar, para fins de pagamento da prestação dos serviços pelo TRT, o cadastramento no Sistema Integrado de Gestão Orçamentária e Financeira da Justiça do Trabalho (SIGEO), observando-se o disposto nas cláusulas deste dispositivo referentes ao faturamento e ao recebimento. O cadastramento será realizado no endereço eletrônico: <https://portal.sigeo.jt.jus.br/portal-externo/0>.

CLÁUSULA QUARTA: DAS RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA – A CONTRATADA será responsabilizada civilmente por danos causados diretamente ao TRT ou a terceiros na execução do contrato ou, ainda, por danos provocados por seus profissionais aos bens e instalações onde estiverem desenvolvendo suas atribuições e pelo extravio de documentos ou objetos do TRT, quando comprovados dolo, negligência, imprudência ou imperícia. Deverá a CONTRATADA proceder, imediatamente, aos reparos



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região
Coordenadoria de Licitações
PROAD Nº 2970/2022-1

necessários ou ao pagamento da indenização correspondente, sob pena de dedução do seu importe por ocasião dos pagamentos mensais.

Parágrafo Único - Responderá também, administrativamente, a CONTRATADA por qualquer descumprimento a obrigações de natureza trabalhista, tributária ou fiscal e ético-profissional impostas pelos órgãos públicos, decorrentes da execução do contrato.

CLÁUSULA QUINTA: DAS VEDAÇÕES À CONTRATADA - Fica vedado à CONTRATADA:

1. a contratação de empregados que sejam cônjuges, companheiros ou parentes de ocupantes de cargo de direção e assessoramento, de membros ou juízes vinculados ao TRT, nos termos do que dispõe o artigo 3º da Resolução nº 7, de 18/10/2005, do Conselho Nacional de Justiça, com redação dada pela Resolução nº 9/2005;
2. subcontratar, total ou parcialmente, o objeto deste contrato;
3. ceder ou transferir, no todo ou em parte nem mesmo parcialmente, o objeto deste contrato a terceiros, salvo nas hipóteses de transformação empresarial a que se refere a cláusula vinte desde que previamente autorizada por escrito pelo TRT e a seu exclusivo critério;
4. caucionar ou utilizar o presente contrato para qualquer operação financeira, sem prévia e expressa anuência do TRT.

Parágrafo Primeiro – A vedação a que se refere o item “1” do *caput* desta cláusula alcança o parentesco natural e civil, na linha reta, colateral ou por afinidade, até terceiro grau, inclusive.

Parágrafo Segundo – O descumprimento de qualquer das disposições desta cláusula ensejará a rescisão do presente contrato, com as consequências pertinentes à rescisão por culpa da CONTRATADA, nos termos da cláusula dezoito.

CLÁUSULA SEXTA: DAS OBRIGAÇÕES DO TRT – Para a perfeita execução do presente contrato, o TRT se obriga a:

1. proporcionar todas as facilidades necessárias à boa execução deste contrato, mantendo o acesso às dependências correlatas livre e desimpedido, inclusive comunicar à CONTRATADA, por escrito e tempestivamente, eventual mudança de endereço para a entrega de correspondências;
2. realizar vistoria de avaliação da qualidade dos serviços, por intermédio do fiscal local, e se for o caso, no ato solicitar a execução de eventuais correções.
3. efetuar o pagamento dos serviços contratados, no prazo e nas condições estabelecidas neste instrumento.



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região
Coordenadoria de Licitações
PROAD Nº 2970/2022-1

CLÁUSULA SÉTIMA: DO VALOR - O valor total deste contrato é de R\$ _____ (_____), considerando-se a realização anual dos serviços em cada Unidade e os respectivos valores, discriminados no quadro abaixo:

Unidade	Valor por serviço

[...]

CLÁUSULA OITAVA: DO REAJUSTE – O valor mensal dos serviços contratados será reajustado anualmente, a contar da data da sessão pública de apresentação da proposta, prevista no edital ao qual está vinculado este contrato, pela variação do IPCA-IBGE (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, editado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) verificada nos últimos doze meses anteriores ao reajuste.

CLÁUSULA NONA: DO INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADOS – Para aferição da qualidade da execução do objeto contratado, as partes convencionam o seguinte IMR – Instrumento de Medição de Resultados:

Indicador 1 – Pontualidade de atendimento das LIMPEZAS ANUAIS	
Finalidade	Garantir a realização tempestiva das limpezas
Meta a cumprir	Até 12 meses após a assinatura do contrato e/ou da limpeza imediatamente anterior
Instrumento de Medição	Planilha de acompanhamento
Forma de acompanhamento	Pelo gestor
Periodicidade	Mensal
Mecanismo de cálculo	Serão contados os dias de atraso na realização da limpeza
Faixas de Ajuste no pagamento mensal	- até 20 dias = 100% (cem por cento); - entre 21 e 40 dias = 99,00% (noventa e nove por cento); - entre 41 e 60 dias = 95,00 % (noventa e cinco por cento).
Sanções	Acima de 60 (sessenta) dias de atraso, conforme cláusula de- zessete.



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região
Coordenadoria de Licitações
PROAD Nº 2970/2022-1

Parágrafo Único – Na hipótese de ocorrer ajustes em razão de mais de um indicador, os valores apurados em cada um deles serão somados e o resultado subtraído do valor mensal dos serviços.

CLÁUSULA DEZ: DA GARANTIA DO CONTRATO – Para segurança do TRT quanto ao cumprimento das obrigações contratuais, a contratada deverá apresentar, no prazo de 20 dias úteis, contados da assinatura deste instrumento, a garantia, no montante de 3% (três por cento) calculado sobre o valor total deste contrato, numa das modalidades previstas no art. 56, § 1º, da lei nº 8.666/1993, com validade a partir do início da vigência contratual e até 3 (três) meses após o término da vigência contratual.

Parágrafo Primeiro – A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

1. prejuízos advindos do não cumprimento do contrato;
2. multas punitivas aplicadas pelo TRT à CONTRATADA; e
3. prejuízos diretos causados ao TRT decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato.

Parágrafo Segundo – Quanto ao valor da garantia, caso ocorra acréscimo contratual, em conformidade com o artigo 65, parágrafo primeiro, da Lei nº 8.666/1993, a CONTRATADA se obriga a oferecer a garantia respectiva, anteriormente à assinatura do termo aditivo contratual correspondente e conforme o *caput* desta cláusula.

Parágrafo Terceiro – Na eventualidade da ocorrência de prorrogação da vigência contratual, a CONTRATADA deverá renovar a garantia originalmente eleita, observadas as disposições desta cláusula.

Parágrafo Quarto – A garantia, na modalidade caução em dinheiro, deverá ser efetuada na Caixa Econômica Federal, em conta específica, com correção monetária, em favor do TRT.

Parágrafo Quinto – A garantia prestada pela CONTRATADA só será liberada ou restituída após 3 (três) meses do término da vigência contratual, do recebimento definitivo do objeto deste contrato e do processamento de qualquer procedimento administrativo ou judicial para aplicação de penalidade e da verificação da inexistência dos prejuízos dispostos no parágrafo primeiro desta cláusula.

Parágrafo Sexto – O atraso superior ao prazo estabelecido no *caput* desta cláusula autoriza o TRT a promover o bloqueio dos pagamentos devidos à CONTRATADA, até o limite de 3% (três por cento) do valor contratado, a título de garantia.

Parágrafo Sétimo – O bloqueio efetuado com base no parágrafo anterior desta cláusula não gera direito a qualquer tipo de compensação financeira à CONTRATADA.

Parágrafo Oitavo – A CONTRATADA, a qualquer tempo, poderá substituir o bloqueio efetuado com base no parágrafo sexto desta cláusula por quaisquer das modalidades de garantia previstas neste contrato.



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região
Coordenadoria de Licitações
PROAD Nº 2970/2022-1

CLÁUSULA ONZE: DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS – A execução dos serviços será acompanhada pelos seguintes gestores do contrato, que terão autoridade para exercer toda e qualquer ação de orientação geral e controle da execução contratual:

- I - A Coordenadora de Manutenção do TRT, Maria Aparecida Grulli Deboni Leoncini, para os serviços prestados no Edifício Sede Administrativa, Edifício Sede Judiciária e Anexo Barão 945, Anexo Almoxarifado e Anexo Betel; e
- II - O Diretor de Secretaria da Vara do Trabalho responsável administrativamente pela respectiva Vara do Trabalho ou Fórum Trabalhista onde os serviços forem prestados.

Parágrafo Primeiro – Os gestores serão auxiliados, nas atividades de fiscalização, pela seguinte equipe:

- I - Ildevan Domingues Andrade, da Coordenadoria de Manutenção do TRT, designado Fiscal Técnico;
- II - André Luis Tomadão, Assistente-Chefe da Seção de Controle da Execução da Coordenadoria de Contratos do TRT, e Carlos Rodrigues da Silva, suplente, designados Fiscais Administrativos; e
- III - Os seguintes servidores do TRT, designados Fiscalização Setorial ou Demandante:
 - a) Assistente-Chefe da Seção de Conservação e Adequação das Instalações da Coordenadoria de Manutenção, para o Edifício Sede Administrativa, Edifício Sede Judiciária e Anexo Barão 945;
 - b) Assistente-Chefe da Seção de Almoxarifado, para o prédio Anexo Almoxarifado;
 - c) Assistente-Chefe da Seção de Gestão de Arquivo Intermediário, para o prédio Anexo Betel; e
 - d) Servidor indicado pelo Gestor respectivo, para os prédios de Varas do Trabalho ou Fórum Trabalhista.

Parágrafo Segundo – O acompanhamento e a fiscalização de que tratam esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA pelos danos causados ao TRT ou a terceiros, resultantes de ação ou omissão, dolosa ou culposa, de quaisquer de seus empregados ou prepostos.

CLÁUSULA DOZE: DO FATURAMENTO DOS SERVIÇOS – No texto das notas fiscais, ou notas fiscais/faturas, deverão constar: o objeto da prestação de serviços, o valor contratado e o mês a que se refere e o número do processo que deu origem a esta contratação (PROAD 2970/2022).

Parágrafo Primeiro – As notas fiscais, ou notas fiscais/faturas, deverão ser emitidas a partir do primeiro dia útil do mês subsequente ao da prestação de serviços e transmitidas ao Sistema Integrado de Gestão Orçamentária e Financeira da Justiça do Trabalho (SIGEO), mensalmente, até o dia 15 (quinze) do mês da emissão das notas fiscais, ou notas fiscais/faturas.



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região
Coordenadoria de Licitações
PROAD Nº 2970/2022-1

Parágrafo Segundo - Se o último dia do prazo previsto no parágrafo anterior não for dia útil, a transmissão das notas fiscais, ou notas fiscais/faturas ao Sistema SIGEO deverá ser antecipada para o dia útil imediatamente anterior.

Parágrafo Terceiro - As notas fiscais, ou notas fiscais/faturas, serão protocolizadas pelo gestor no ato do seu recebimento no Sistema Integrado de Gestão Orçamentária e Financeira da Justiça do Trabalho (SIGEO).

Parágrafo Quarto - Antes da emissão da nota fiscal a CONTRATADA deve consultar o respectivo gestor do contrato para obter informações sobre o IMR tratado na cláusula nona para que a fatura já considere os eventuais descontos dele resultantes.

CLÁUSULA TREZE: DO RECEBIMENTO DOS SERVIÇOS - Os serviços mensais de manutenção preventiva e corretiva executados em conformidade com os termos deste contrato serão recebidos definitivamente pelo gestor, nos termos do artigo 73, inciso I, alínea "b", da Lei n.º 8.666/1993, em até 3 (três) dias úteis após o protocolo da respectiva nota fiscal, ou nota fiscal/fatura, relativa ao mês vencido, na respectiva Unidade onde os serviços foram prestados.

Parágrafo Primeiro - Para os fins do disposto no *caput* desta cláusula, o recebimento definitivo dos serviços mensais objeto deste contrato consistirá na atestação da respectiva nota fiscal, ou nota fiscal/fatura, pelo gestor.

Parágrafo Segundo - Serão rejeitados, total ou parcialmente, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução dos serviços.

Parágrafo Terceiro - Se houver erro nas notas fiscais, ou notas fiscais/faturas, ou a ocorrência do disposto no parágrafo anterior ou qualquer outra circunstância que desaprove o recebimento definitivo, este ficará pendente e o pagamento suspenso, não podendo a CONTRATADA interromper a execução do contrato até o saneamento das irregularidades. Durante o período em que o recebimento definitivo estiver pendente e o pagamento suspenso por culpa da CONTRATADA, não incidirá sobre o TRT qualquer ônus, inclusive financeiro.

CLÁUSULA QUATORZE: DO PAGAMENTO - O pagamento será efetuado mensalmente pela Coordenadoria de Execução Orçamentária e Financeira do TRT, no prazo máximo de 10 (dez) dias após o recebimento definitivo dos serviços, conforme dispõe o artigo 73 da Lei nº 8.666/1993, sendo o crédito providenciado por meio de ordem bancária, na conta corrente indicada pela CONTRATADA no processo licitatório.

Parágrafo Primeiro - A realização do pagamento à CONTRATADA somente ocorrerá após seu devido cadastramento no Sistema Integrado de Gestão Orçamentária e Financeira da Justiça do Trabalho (SIGEO), bem como a inserção dos documentos solicitados no Sistema.



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região
Coordenadoria de Licitações
PROAD Nº 2970/2022-1

Parágrafo Segundo – Excepcionalmente, o pagamento mensal poderá ser realizado por meio de fatura/boleto bancário que contenha código de barras. Neste caso, o referido documento deverá ser emitido pelo seu valor líquido, devendo constar em seu corpo o valor bruto da contratação, além dos valores dos tributos que serão retidos na operação (IR, CSLL, PIS/PASEP, CONFINS, ISSQN, INSS). No caso de divergência entre os valores lançados no documento pela CONTRATADA e aqueles que deverão ser retidos/recolhidos pelo TRT, o pagamento se dará, obrigatoriamente, por depósito em conta corrente.

Parágrafo Terceiro – As regularidades referidas no item “31” da cláusula terceira serão verificadas pela área Administrativa do TRT por ocasião de cada pagamento a ser efetuado à CONTRATADA. No caso de qualquer daqueles documentos não se encontrar válido, o TRT notificará a CONTRATADA e o respectivo pagamento será normalmente efetuado. Nesse caso, contudo, se no pagamento subsequente persistir a mesma irregularidade, o TRT poderá rescindir unilateralmente o presente contrato por inexecução da CONTRATADA, nos termos e com as consequências previstas na cláusula dezoito.

Parágrafo Quarto – O pagamento mensal, mediante a emissão de qualquer modalidade de ordem bancária, será realizado desde que a CONTRATADA efetue a cobrança de forma a permitir o cumprimento das exigências legais, principalmente no que se refere às retenções tributárias.

Parágrafo Quinto - No dia útil posterior ao da sua emissão, a ordem bancária de pagamento será remetida ao Banco do Brasil S/A - Posto de Atendimento do TRT. O período seguinte, até o efetivo crédito do valor na conta corrente da CONTRATADA, refere-se aos trâmites interbancários.

Parágrafo Sexto - No caso de atraso de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, serão devidos pelo TRT encargos moratórios à taxa nominal de 6% a.a. (seis por cento ao ano), capitalizados diariamente em regime de juros simples.

Parágrafo Sétimo - O valor dos encargos será calculado pela fórmula: $EM = I \times N \times VP$, onde: EM = Encargos moratórios devidos; N = Números de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; I = Índice de compensação financeira = 0,00016438; e VP = Valor da prestação em atraso.

CLÁUSULA QUINZE: DA VIGÊNCIA – A vigência deste contrato é de 30 (trinta) meses, de __/__/__ até __/__/__, podendo ser prorrogada, a critério das partes, por sucessivos períodos, até o limite de 60 (sessenta) meses, conforme artigo 57, inciso II, da Lei n.º 8.666/1993 c.c. Anexo IX, item 12, alínea “c”, da Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 5/2017.

Parágrafo Único – A prorrogação da vigência, a ser autorizada pela autoridade competente do TRT, é condicionada pelos seguintes requisitos, simultaneamente considerados:

1. os serviços tenham, até então, sido prestados regularmente;



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região
Coordenadoria de Licitações
PROAD Nº 2970/2022-1

2. a CONTRATADA não tenha sofrido qualquer punição de natureza pecuniária por 3 (três) vezes ou mais;
3. a Administração ainda tenha interesse na realização do serviço;
4. o valor do contrato permaneça economicamente vantajoso para a Administração;
5. a CONTRATADA concorde com a prorrogação; e
6. a CONTRATADA não esteja com o direito de licitar e contratar com este TRT suspenso, ou não tenha sido declarada inidônea para licitar ou contratar com qualquer órgão da Administração Pública.

CLÁUSULA DEZESSEIS: DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA - As despesas com o presente contrato serão atendidas à conta da Lei Orçamentária nº __, de __/__/__, publicada no DOU em __/__/20__, assim classificadas:

Nota de Empenho: 20__NE__, de __/__/20__ .

Parágrafo Único – Nos exercícios subsequentes, as despesas correrão à conta da dotação que for prevista para atender a obrigações da mesma natureza.

CLÁUSULA DEZESSETE: DAS SANÇÕES – O atraso injustificado na execução dos serviços contratados implicará multa à CONTRATADA de 1% (um por cento) por dia de atraso que exceder o prazo máximo das faixas de ajuste do indicador 1 do IMR, considerado a partir do primeiro dia útil posterior, cumulativamente considerada e calculada sobre o valor mensal dos serviços vigentes no mês da ocorrência do inadimplemento.

Parágrafo Primeiro – O descumprimento das demais obrigações da CONTRATADA implicará multa, por evento, de 5% (cinco por cento) do valor mensal dos serviços vigentes no mês da ocorrência do inadimplemento.

Parágrafo Segundo – Na reincidência, as multas serão cobradas em dobro, sendo considerada reincidente a inexecução ocorrida antes de completados 12 (doze) meses da mesma inexecução anterior, contados a partir da ocorrência.

Parágrafo Terceiro – As penalidades de multa estabelecidas nesta cláusula ficam limitadas a 10% (dez por cento) do valor total deste contrato.

Parágrafo Quarto – Serão considerados injustificados os atrasos não comunicados tempestivamente, indevidamente fundamentados ou não comprovados, ficando a aceitação das justificativas a critério do TRT.



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região
Coordenadoria de Licitações
PROAD Nº 2970/2022-1

Parágrafo Quinto – Na aplicação de quaisquer sanções previstas na legislação, serão garantidos à CONTRATADA o contraditório e a prévia defesa.

Parágrafo Sexto – A aplicação das multas estabelecidas nesta cláusula, nos termos do art. 86, da Lei nº 8.666/1993, não impede que o TRT rescinda unilateralmente o contrato e/ou aplique as demais sanções previstas no artigo 7º da Lei nº 10.520/2002 e subsidiariamente, no que couber, as sanções assinaladas nos artigos 87 e 88 da Lei nº 8.666/1993.

CLÁUSULA DEZOITO: DA RESCISÃO – Constituem motivos para a rescisão deste contrato as situações previstas nos artigos 77 e 78, nas formas contidas no artigo 79, com as consequências do artigo 80, e sem prejuízos das sanções administrativas dos artigos 86 a 88, todos da Lei nº 8.666/1993.

Parágrafo Primeiro - Após 20 (vinte) dias de inexecução dos serviços o TRT, analisados a conveniência e o interesse público, poderá rescindir este contrato, por culpa da CONTRATADA.

Parágrafo Segundo - Parágrafo Segundo – A rescisão deste contrato por culpa da CONTRATADA implicará multa de 10% (dez por cento), calculada sobre o valor total deste contrato.

Parágrafo Terceiro – O presente contrato poderá ser rescindido unilateralmente e a qualquer tempo pelo TRT nos casos previstos nos incisos I a XII e XVII do artigo 78 da Lei nº 8.666/1993.

CLÁUSULA DEZENOVE: DO RECOLHIMENTO DAS MULTAS - As multas eventualmente aplicadas, seja por inexecução, seja por rescisão contratual por culpa da CONTRATADA, serão pagas por meio de Guia de Recolhimento da União (GRU), expedida pelo TRT, ou por meio de desconto de seus eventuais créditos.

Parágrafo Primeiro – Os valores deverão ser recolhidos pela CONTRATADA no prazo de até 30 (trinta) dias após o recebimento da notificação com a GRU por “Aviso de Recebimento-AR”.

Parágrafo Segundo – Não tendo ocorrido o recolhimento conforme parágrafo anterior, o TRT procederá ao desconto de seus eventuais créditos, sob pena de, não os possuindo, realizar a inscrição do débito na Dívida Ativa da União, observados os procedimentos legais.

CLÁUSULA VINTE: DAS TRANSFORMAÇÕES DA CONTRATADA E DA TRANSFERÊNCIA OU DA CESSÃO CONTRATUAL – Ocorrendo as hipóteses de transformação empresarial previstas no artigo 78, inciso VI, da Lei nº 8.666/1993, o presente



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região
Coordenadoria de Licitações
PROAD Nº 2970/2022-1

contrato poderá ser mantido com a CONTRATADA, ou cedido ou transferido, mediante prévia autorização por escrito do TRT e a seu exclusivo critério, e desde que:

1. a empresa CONTRATADA remanescente ou a beneficiária da cessão ou da transferência demonstre possuir todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no edital ao qual está vinculado este contrato, em especial as comprovações de regularidade previstas no item "31" da cláusula terceira;
2. não se verifique fraude à licitação.

CLÁUSULA VINTE E UM: DA PRORROGAÇÃO DE PRAZOS – Os prazos de adimplemento das obrigações contratadas admitem prorrogação, nas condições e nos casos especificados no parágrafo primeiro do artigo 57 da Lei nº 8.666/1993, e a solicitação dilatória, sempre por escrito, fundamentada e instruída com os documentos necessárias à comprovação das alegações, deverá ser recebida e reconhecida pelo TRT contemporaneamente ao fato que a ensejar.

CLÁUSULA VINTE E DOIS: DA ASSINATURA – A assinatura deste instrumento, bem como de quaisquer outros termos e documentos no âmbito desta contratação, dar-se-á, a critério deste TRT, por meio do Sistema de Processo Administrativo Eletrônico (PROAD), acessível por meio do Portal PROAD.

Parágrafo Primeiro – A assinatura de documentos pela CONTRATADA será admitida nas seguintes modalidades:

- a- assinatura digital, baseada em certificado digital, emitido por autoridade certificadora credenciada à Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP Brasil; e
- b- assinatura eletrônica, baseada em senha fornecida pela CONTRATADA e vinculada a certificado digital gerado pelo PROAD.

Parágrafo Segundo – A assinatura realizada na forma desta cláusula será considerada válida para todos os efeitos legais.

Parágrafo Terceiro – O e-mail de envio do termo de contrato será considerado, para todos os efeitos legais, como a notificação para assinatura do contrato.

Parágrafo Quarto – Na ausência de imediata confirmação de recebimento pela CONTRATADA, a referida mensagem eletrônica de encaminhamento do contrato, conforme parágrafo terceiro desta cláusula, desde que corretamente encaminhada para o endereço indicado pela CONTRATADA em sua proposta, será considerada recebida para todos os efeitos, no prazo de 3 (três) dias úteis a contar de sua emissão.

CLÁUSULA VINTE E TRÊS: DA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS – DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS: Para os fins dispostos na LGPD - Lei nº



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região
Coordenadoria de Licitações
PROAD Nº 2970/2022-1

13.709/2018, a CONTRATADA é considerada "Operadora" e DECLARA, no ato da assinatura deste contrato, ter conhecimento e que adere à Política de Privacidade e Proteção de Dados Pessoais do TRT, instituída pelo Ato Regulamentar GP nº006/2021, assumindo o compromisso de cumprir os deveres legais e contratuais respectivos, dentre os quais os seguintes:

I- apresentar evidências e garantias suficientes de que aplica medidas técnicas e administrativas adequadas de segurança para a proteção dos dados pessoais, nos termos definidos na legislação, em normas administrativas do TRT e nos instrumentos contratuais;

II- manter os registros de tratamento de dados pessoais que realizar, com condições de rastreabilidade e de fornecer prova eletrônica a qualquer tempo;

III- seguir fielmente as diretrizes e as instruções transmitidas pelo TRT;

IV - facultar acesso a dados pessoais somente para o pessoal autorizado que tenha estrita necessidade e que tenha assumido compromisso formal de preservar a confidencialidade e a segurança de tais dados, devendo a prova do compromisso estar disponível em caráter permanente para exibição ao TRT, mediante solicitação;

V - permitir a realização de auditorias, incluindo inspeções pelo TRT por auditor autorizado, e disponibilizar toda a informação necessária para demonstrar o cumprimento das obrigações estabelecidas;

VI - auxiliar, em toda providência que estiver ao seu alcance, no atendimento pelo TRT, de obrigações perante titulares de dados pessoais, autoridades competentes ou quaisquer outros legítimos interessados;

VII - comunicar formalmente e de imediato ao "Encarregado" pelo tratamento de dados pessoais, indicado pelo TRT, a ocorrência de qualquer risco, ameaça ou incidente de segurança que possa acarretar comprometimento ou dano potencial ou efetivo a titular de dados pessoais, evitando atrasos por conta de verificações ou inspeções;

VIII - descartar de forma irrecuperável, ou devolver para o TRT, todos os dados pessoais e as cópias existentes, após a satisfação da finalidade respectiva ou o encerramento do tratamento por decurso de prazo ou por extinção de vínculo legal ou contratual.

Parágrafo Primeiro: A proteção de dados pessoais dos colaboradores da CONTRATADA observará as determinações fixadas pelo Conselho Nacional de Justiça, pelo Conselho Superior da Justiça do Trabalho e pela Autoridade Nacional de Proteção de Dados, na forma da LGPD e da legislação e regulamentação correlatas.

Parágrafo Segundo: O TRT poderá requisitar, a qualquer tempo e desde que não seja objeto de sigilo ou proteção legal, informações a respeito do tratamento dos dados pessoais confiados à CONTRATADA.

Parágrafo Terceiro: A CONTRATADA fica ciente que, para a celebração deste contrato e a execução do seu objeto, o TRT tem acesso a dados pessoais dos representantes legais da CONTRATADA e, assim, estes DECLARAM, no ato da assinatura deste contrato, o seu consentimento com o tratamento desses dados pelo TRT, os quais são:

a) protegidos por procedimentos internos, com trilhas de auditoria para registrar autorizações, utilização, impactos e violações;



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região
Coordenadoria de Licitações
PROAD Nº 2970/2022-1

b) mantidos disponíveis, exatos, adequados, pertinentes e atualizados, sendo retificado ou eliminado o dado pessoal mediante informação ou constatação de impropriedade respectiva ou face a solicitação de remoção, devendo a neutralização ou descarte do dado observar as condições e os períodos da tabela de prazos de retenção de dados;

c) compartilhados somente para o exercício das atividades voltadas ao estrito exercício de suas competências legais e constitucionais, ou para atendimento de políticas públicas aplicáveis; e

d) revistos em periodicidade mínima anual, sendo de imediato eliminados aqueles que já não forem necessários, por terem cumprido sua finalidade ou por ter se encerrado o seu prazo de retenção.

Parágrafo Quarto: A inobservância da Política de Privacidade e Proteção de Dados Pessoais do TRT, referida no Caput, acarretará a apuração das responsabilidades penal, civil e administrativa, previstas nas normas internas do TRT e na legislação em vigor.

CLÁUSULA VINTE E QUATRO: DA COMPATIBILIDADE – A CONTRATADA assume, no ato da assinatura deste instrumento, o compromisso de manter, durante a execução deste contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

CLÁUSULA VINTE E CINCO: DA VINCULAÇÃO – O presente contrato está vinculado ao edital do PROAD nº 2970/2022 e à proposta da CONTRATADA.

CLÁUSULA VINTE E SEIS: DA LEGISLAÇÃO – Aplicam-se à execução do presente contrato, especialmente aos casos omissos, a Lei nº 8.666/1993 e alterações posteriores.

CLÁUSULA VINTE E SETE: DO FORO – Fica eleito o foro da Seção Judiciária de Campinas – Justiça Federal do Estado de São Paulo – para dirimir toda e qualquer questão que derivar deste contrato.

CLÁUSULA VINTE E OITO: DA CONCORDÂNCIA – As partes declaram, neste ato, que se acham de acordo e se submetem a todas as cláusulas deste contrato.

E, por estarem justas e contratadas, assinam as partes o presente, em três vias de igual teor, obrigando-se por si e sucessores, para que surta todos os efeitos de direito, o que dão por bom, firme e valioso.



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região
Coordenadoria de Licitações
PROAD Nº 2970/2022-1

Campinas, ____ de _____ de _____.

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

TRT

CONTRATADA